

Caderno 1

Incidência política das organizações da sociedade civil

- contexto, experiências,
referenciais e desafios -

*Processo de formação
em incidência política
e sistematização de
experiências (2014-2016)*



CAIS

Centro de Assessoria e
Apoio a Iniciativas Sociais

Caderno 1

*Incidência
política*
**das organizações
da sociedade civil**

- contexto, experiências,
referenciais e desafios -

Processo de formação
em incidência política
e sistematização de
experiências (2014-2016)



Brasília, agosto de 2017

Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais - CAIS

Organização e Sistematização

Domenico Corcione

Colaboração

CPT Centro Norte da Bahia

Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH de Petrópolis, RJ

Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji-Paraná, RO

Periferia de Bruxelas, Bélgica

Consultoras e Consultores do CAIS

Organizações participantes nos seminários/oficinas:

CENDHEC/Recife; Fórum Grita Baixada; MAB, SEAPAC/RN; GRAAL/Brasil; Centro Gaspar Garcia; CIMI Nacional; CIMI Nordeste; ASPA/PNSC - BH; CEDECA Emaús/Belém; CPT/Nacional; CPT/Alto Xingu; CPT/Maranhão; SPM; IAC; Pastoral Social/ CNBB; Arquidiocese de Olinda e Recife; Cáritas Brasileira; Cáritas/Ceará; CNMP Recife/PE; PAMEN/Nacional; CEAP/RS; MEB; CPT Centro Norte da Bahia, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – CDDH, RJ; Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji-Paraná, RO.

Projeto gráfico e diagramação

Lavinia Design

Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais - CAIS
SC/Sul Quadra 3 Bloco A Nº 79 Edifício João Paulo II
70.303-903 Brasília-DF Fone: (61) 3322-0155
www.caisassessoria.org.br

Apresentação	7
Como utilizar este caderno	11
1. Leitura crítica sobre os recentes retrocessos no contexto sociopolítico brasileiro	13
2. Incidência política: conceito, estratégias e desafios	21
3. 3 experiências de incidência política no Brasil	37
4. Experiências de incidência política em outros países da América Latina	73
Considerações finais	81
Bibliografia e orientações	83

Sumário



Que a esperança pelo Bem Viver fortaleça e retroalimente permanentemente nossos corações e mentes!”

Equipe CAIS

Apresentação

A questão da Incidência política vem se tornando, nos últimos anos, uma **preocupação crescente**, sendo refletida e aprofundada por um conjunto grande de movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil e por todas aquelas pessoas que estão comprometidas com projetos comprometidos com mudanças sociais mais profundas. No Brasil, mais especificamente, essa preocupação passou a ser vital, principalmente no atual contexto pós-golpe jurídico-parlamentar, que vem gerando gravíssimos retrocessos em todos os âmbitos da sociedade civil e política.

Nesse contexto, o CAIS oferece o presente CADERNO, que resgata e sistematiza a memória e a reflexão crítica sobre o “Processo de Formação em Incidência Política e Sistematização de Experiências”, promovido pelo CAIS, em parceria com a MISEREOR, durante o triênio 2014-2016.

O processo contou com a participação de 26 Organizações da Sociedade Civil (OSCs), gerando debates, reflexões e a reapropriação de experiências vivenciadas. Foi muito rico em aprendizagens. Esta riqueza foi propiciada sobretudo pelo resgate, análise e sistematização de 3 **experiências** vivenciadas no Brasil. Foi feita também uma reflexão crítica sobre algumas experiências implementadas em outros países da América Latina. Tudo isso passou pela construção de referenciais político-metodológicos que assumem relevância no atual contexto nacional e internacional.

Todo este período de Formação em Incidência Política e Sistematização de Experiências – iniciado antes do golpe e concluído após o mesmo – assume um significado bem preciso: contribuir para a **qualificação do trabalho que muitos projetos transformadores – apoiados pela Misereor ou por outros parceiros – vêm implementando no Brasil**. De fato, nem sempre a implementação de um projeto se traduz em efetiva incidência política; as assessorias do CAIS têm identificado inúmeras fragilidades: na área de PMA, de construção e concretização de objetivos, indicadores e estratégias, de monitoramento, de gestão de pessoas, de mobilização social e de outros aspectos.

Frente a estes desafios, o debate em torno da incidência política passou a significar uma **preciosa oportunidade** para que agentes e lideranças de projetos sociais possam refletir sobre suas práticas, de modo que se reapropriem criticamente das ações realizadas e desenhem melhores estratégias e perspectivas.

Desenho geral e aspectos metodológicos do processo

Quanto ao desenho geral do processo, destaca-se, inicialmente, que foram promovidos 3 seminários nacionais – com a participação de representantes de 26 movimentos ou organizações apoiadas pela Misereor – precedidos por reuniões ou oficinas preparatórias. Realizaram-se também 3 oficinas de intercâmbio e capacitação em sistematização de experiências antes do seminário conclusivo do processo de formação.

A metodologia **partiu sempre das experiências** dos projetos em andamento, considerando o acúmulo de cada projeto e a diversidade da bagagem de conhecimentos e saberes. Houve uma constante preocupação no sentido de fazer com que os debates assumissem uma “**dinâmica circular**”, na fidelidade aos princípios da construção coletiva de conhecimentos e saberes – herança da Educação Popular Latino-americana – e a partir da

consciência de que o processo estava contando com um seleto grupo de representantes dos projetos convidados. Tanto nos seminários, quanto, mais ainda, nas Oficinas de Intercâmbio ganhou força também a **dimensão lúdica da reflexão e convivência** entre os participantes, no decorrer de cada momento do processo formativo.

O processo formativo do CAIS buscou proporcionar aos participantes convidados dos projetos espaços de **vivência mística** que pudessem ajudar a

- fortalecer motivações para se continuar firmes na luta pela incidência;
- identificar a relação entre fé e política;
- crescer juntos na esperança;
- e permanecer na fé que move montanhas...

Em várias ocasiões se apostou em métodos inspirados na “**pedagogia da alternância**”; investiu-se alternadamente no tempo-escola – isto é, no tempo vivenciado durante os debates nos seminários e nas oficinas de intercâmbio – e no tempo-comunidade, ou seja, no tempo vivenciado nas organizações apoiadas pela Misereor e nas comunidades acompanhadas.

Para disseminar a aprendizagem construída com este processo formativo realizado ao longo de três anos, foram elaborados 2 Cadernos de Formação, cada um abordando aspectos que foram estudados e vivenciados.

Este **primeiro Caderno** se desdobra em 4 seções. A 1ª resume várias abordagens, feitas a partir da análise do desafiador contexto brasileiro atual, que sinaliza graves retrocessos sociopolíticos. A 2ª seção, bem como a 3ª e a 4ª, focam diretamente a questão da Incidência Política – conceito, estratégias e desafios –, fazendo referência explícita a algumas experiências concretas. Dentre elas, se destacam 3, realizadas, respectivamente, no semiárido da Bahia, em Petrópolis e em Rondônia. É socializada, também, uma breve síntese, seguida de reflexão crítica acerca de algumas experiências implementadas em outros países da América Latina.

O **segundo Caderno** se concentra na questão da sistematização: aborda aspectos aprofundados principalmente em oficinas de intercâmbio, realizadas com este objetivo; socializa a concepção e metodologia de sistematização adotada pelo CAIS e sugere, enfim, modalidades para a prática da sistematização no cotidiano de movimentos e organizações populares.

Tanto no primeiro Caderno quanto no segundo, **sistematização de experiências e incidência política são 2 temas bem inter-relacionados:**

- De um lado, podemos afirmar que a incidência exercida por uma experiência avançará mais se for feita uma periódica sistematização da mesma: de fato, por meio da ação sistematizadora, o potencial de incidência pode ser melhor dimensionado graças às aprendizagens que forem extraídas e aos rumos do trabalho que forem definidos ou redefinidos.
- Por outro lado, a **sistematização** de uma experiência costuma se propor, como foco, a análise crítica de seu grau de incidência política.



Primeiros sinais de alcance e rebatimento do processo formativo

Apesar de ainda ser cedo para se verificar a dimensão de efeitos e impactos que de fato possam estar sendo alcançados com o processo de formação em incidência política e sistematização de experiências, há sinais visíveis de seus primeiros rebatimentos.

Os “**produtos**” das **sistematizações** relacionadas às 3 experiências de incidência política (que denominamos “narrativas”) representam a primeira repercussão positiva a ser reconhecida.

O alcance mais efetivo do processo recém-concluído só será possível ser verificado a partir de **sondagens periódicas**, que o CAIS poderá implementar. Um fator a mais deverá ser considerado: a circulação da sistematização do processo de formação por meio dos dois Cadernos publicados e do DVD; trata-se, afinal, de subsídios que poderão suscitar interesse e desejo de maior aprofundamento nas temáticas abordadas.

*Que os dois Cadernos do CAIS propiciem
a reapropriação crítica de muitas outras experiências!*

*Que sejam, também,
um subsídio para fortalecer a resistência, a luta e a esperança
das classes populares
num contexto sociopolítico particularmente adverso,
por estar impulsionado por um golpe jurídico-parlamentar
e por gerar “golpes contínuos”, que levam, por sua vez,
a um progressivo desmonte de direitos,
a graves retrocessos sociopolíticos*

e à perda de conquistas históricas.
Que novos caminhos possam ser trilhados!
Que a **esperança pelo Bem Viver**
fortaleça e retroalimente permanentemente
nossos corações e mentes!

Como utilizar este caderno

*A partir dos objetivos do Caderno,
serão explicitadas várias possíveis
modalidades de sua utilização.*

Duas finalidades do Caderno

- Reconstituir uma breve **MEMÓRIA** e **REAPROPRIAÇÃO CRÍTICA** do processo de formação realizado ao longo de três anos, bem como de suas contribuições, para que se tenha um balanço claro de seus avanços e limites, do grau de alcance do trabalho desenvolvido e das possibilidades que se abrem a partir do mesmo;
- Oferecer um **SUBSÍDIO PEDAGÓGICO** que sirva de apoio às organizações parceiras de CAIS/Misereor e de outras que estiverem dispostas a avançar na busca de processos mais aprimorados de incidência política e sistematização de experiências.

Consideramos este segundo como o **objetivo central**. Afinal, são dois **objetivos interligados**: sem a memória não seria possível realizar uma apropriação crítica do processo; por outro lado, sem memória e sem a reapropriação crítica não se construiria um subsídio consistente.

Espera-se que, com este subsídio pedagógico, se consiga estimular novos processos que se inspirem nos caminhos e na análise crítica do processo vivenciado pelo CAIS e seus parceiros.

Considerando os objetivos acima, procuraremos sugerir várias utilizações do Caderno.

1. Estudar um dos capítulos (seções), começando por aquele que possa suscitar maior interesse

Apesar da inter-relação entre as várias seções do Caderno, cada uma delas pode ser lida e estudada independentemente da anterior ou posterior. Isso foi pensado propositalmente. Afinal, cada seção poderá ser objeto de estudo, mesmo que não tenham sido lidas outras partes do Caderno. Esta opção dependerá da situação específica de cada movimento ou Organização da Sociedade Civil (OSC), bem como do interesse que possa vir a motivar cada leitor(a).

2. Promover uma roda de conversa sobre o capítulo estudado

Trata-se de buscar responder às **perguntas provocadoras** que se encontram no box final de cada seção, sob o título **“Para debater e aprofundar”**. Inten-

cionalmente foi formulada quase sempre a mesma pergunta inicial. Aqui vamos resgatar a questão sugerida:

Fazer um confronto entre as contribuições desta seção do Caderno e a ação de nossa organização ou movimento:

- A partir da experiência acumulada por nossa organização ou movimento, o que gostaríamos de questionar, destacar ou complementar em relação ao próprio texto?
- A partir do texto, o que precisamos rever ou redefinir em nossa vivência organizacional, interna e externa?

Enfim, verificar, após a roda de conversa, a necessidade de se retomar em outra ocasião o debate acerca de questões que exijam maior aprofundamento.

3. Debater sobre as demais questões propostas no box final “Para debater e aprofundar”

A realização deste debate dependerá, como lembrávamos antes, do interesse e necessidade de cada movimento ou organização.

4. Debater a partir dos “6 Mapas Mentais” contidos em várias seções

Em várias seções, foram inseridos mapas mentais que destacam ou complementam aspectos e abordagens presentes no respectivo texto. Uma possibilidade de discussão é partir de um ou outro destes mapas, respondendo a 2 perguntas:

- Concorda ou discorda com o que está afirmado no mapa? Por quê?
- Você tem alguma complementação a fazer no mapa? Qual?

5. Pesquisar e estudar a partir da orientação bibliográfica sugerida no decorrer do Caderno ou no final do mesmo

Serão dadas sugestões de leituras – de livros, textos, documentos ou sites – em todas as seções do Caderno. São oportunidades para se aprofundar cada tema estudado anteriormente.



Leitura crítica sobre os recentes retrocessos no contexto sociopolítico brasileiro

1

1

Leitura crítica sobre os recentes retrocessos no contexto sociopolítico brasileiro

Nesta primeira seção do Caderno, pretendemos sintetizar a reflexão crítica sobre as profundas mudanças negativas que foram acontecendo no mesmo período em que se realizaram os seminários e intercâmbios do processo de formação empreendido pelo CAIS. Esta reflexão teve forte repercussão na construção/reconstrução dos referenciais da incidência (conceito, estratégias...) e da sistematização de experiências.

O processo de formação empreendido pelo CAIS foi iniciado num contexto bem diferente daquele que passou a ser vivenciado a partir de 2015 e, sobretudo, em 2016.

Os debates realizados durante o processo de formação – nos seminários e nas oficinas de intercâmbios – foram deixando cada vez mais evidentes vários aspectos do contexto brasileiro, que devem ser considerados em qualquer desenho de estratégia de incidência política dos sujeitos sociais comprometidos com as verdadeiras transformações da sociedade brasileira.

Visão de síntese

As “mudanças sociopolíticas” – que vêm se traduzindo em **graves retrocessos** – estão sendo muito mais profundas do que se poderia imaginar: trata-se de retrocessos não apenas conjunturais, mas também estruturais.

Isso não poderia ser esperado no início de 2016, nem logo após o golpe jurídico-parlamentar (agosto de 2016). Tudo foi muito rápido e profundo:

- Instauração, por meio de um **golpe jurídico-parlamentar**, de um Estado autoritário que tende a permanecer por meio de “golpes contínuos” e medidas típicas de um “Estado de Exceção” que vai eliminando e ameaçando direitos civis e políticos e criminalizando estudantes, movimentos sociais e a oposição, de um modo geral;
- Retomada e avanço do **projeto neoliberal**, com foco no “Estado Mínimo”, interrompido pelos governos de Lula e Dilma;

- Graves riscos do advento de um regime de **ditadura militar**;
- Fim do **ciclo da ampliação de direitos e políticas sociais**, iniciado pouco antes da Constituição de 1988, gerando rápido e progressivo desmonte do que se conquistou durante décadas;
- Tendência ao incremento da **concentração de renda e da pobreza**, que voltará a sinalizar índices alarmantes de miséria e exclusão social de significativas parcelas populacionais;
- Imposição de **sucessivas reformas** (trabalhista, previdenciária, tributária, educacional...) com novos golpes, assegurando a retomada de um regime de escravidão;
- Intromissão de **forças internacionais** na provocação e condução dos retrocessos em andamento, gerando caráter antinacional do novo governo (venda das jazidas do Pré-Sal a companhias estrangeiras, desmonte da assim chamada “política de conteúdo nacional”, venda de terras a estrangeiros...) e realinhamento internacional do Brasil, que volta para a órbita dos interesses dos EUA e de seus aliados.

Alguns destaques

1. Os retrocessos estão impactando em todas as áreas da vida social brasileira

Nenhuma área está de fora. Todas estão sendo afetadas: economia, saúde, educação, meio ambiente, relações de trabalho, política institucional, relações entre poderes constituídos, cultura.

2. Os retrocessos estão ocasionando uma descrença generalizada da população na política e nas possibilidades de melhoria socioeconômica

O quadro de grave crise econômica e política nacional vem contribuindo para esta descrença: desemprego em massa, aumento da recessão, crescimento da inflação, falência de empresas, corrupção da grande maioria dos parlamentares do Congresso e de lideranças que gozavam da confiança de militantes dos movimentos populares e das OSCs. A corrupção – que sempre existiu e ficou oculta – está vindo à tona por meio da “Operação Lava-Jato”, inspirada na experiência italiana “Mãos Limpas”, por meio da grande mídia escrita, radiofônica e televisionada. Contudo, a Lava-Jato está se revelando muito seletiva e parcial na perseguição a corruptos: enfatiza lideranças de esquerda; age passando por cima de direitos individuais e coletivos; desobedece a princípios e prerrogativas estabelecidas pela Constituição; instaura um verdadeiro “regime de exceção”; não se importa com os rebatimentos das punições de corruptos na área de drástica redução de empresas nacionais e empregos.

3. Os retrocessos em andamento estão afetando também movimentos populares e organizações da sociedade civil

Numerosos cortes aconteceram nos últimos meses e outros estão em andamento, destacando-se aqueles relacionados com a maioria de financiamentos públicos a projetos de mudança social. Constata-se uma crescente deficiência de sustentabilidade institucional de muitas organizações de nosso campo. Nota-se a dificuldade de muitos movimentos e OSCs compreenderem o grau de profundidade e as conexões dos retrocessos em andamento. Aumenta o desânimo de militantes e lideranças, por causa de direitos e políticas sociais que vão desmoronando. É patente o despreparo deles para se redesenhar estratégias mais apropriadas, em resposta a exigências do atual contexto de retrocessos sociopolíticos. Percebe-se, enfim, fragilidades na capacidade de se incentivar e articular mobilizações sociais à altura das necessidades e dos desafios postos atualmente.

4. Está havendo uma manipulação de informações, de forma orquestrada, em toda a grande mídia – a mesma que foi cúmplice do golpe parlamentar

Esta manipulação vem favorecendo a veiculação de um **pensamento conservador**, de cunho fundamentalista, dando suporte a uma “narrativa” que se contrapõe fortemente à visão que muitos movimentos populares disseminaram nos últimos anos, com o apoio dos governos de Lula e Dilma. Mais precisamente, a grande mídia e toda a ideologia dominante vêm questionando inúmeras crenças, conquistas e práticas que pareciam estar se consolidando na sociedade

brasileira: afirmação e respeito de distintas identidades (mulheres, LGBT, indígenas, negros, quilombolas); dimensão da territorialidade; convivência solidária na diversidade, com garantia de cotas; investimentos sistemáticos em políticas sociais...



5. O golpe jurídico-parlamentar não foi apenas viabilizado por poderosas forças internacionais e nacionais; foi facilitado, também, por graves erros das forças progressistas e de esquerda

Os governos de Lula e Dilma, apesar de terem sido os melhores da história republicana do Brasil, cometeram vários erros, omissões e equívocos: adotaram uma política econômica que não promoveu reformas estruturais (política, tributária, previdenciária...); favoreceram, primeiro, o acesso da população a bens pessoais, quando poderiam ter priorizado bens sociais, como educação e saúde; não investiram em meios de comunicação de massa que facilitassem a permanente transmissão de informações confiáveis; preferiram assegurar a governabilidade por meio de alianças com as velhas raposas em vez de investir muito mais em lideranças de movimentos sociais. A ética na política, forte bandeira de luta de todas as forças que contribuíram para levar Lula e Dilma à presidência da República, não se traduziu em prática consolidada após a conquista do poder. Valores e práticas políticas da classe dominante foram predominando cada vez mais; na composição de forças que caracterizou aqueles governos, o assim chamado "polo progressista", que deveria assumir a condução do processo, mantendo a referência em valores da verdadeira transformação social, foi aderindo gradativamente a valores tradicionais e assumiu muitas de suas práticas, deixando-se levar pelo modo de governar das oligarquias regionais e pelo jeito tradicional delas fazerem política. As denúncias comprovadas de desvio de recursos

públicos que atingiram lideranças de esquerda foram revelando claramente que parcelas do campo popular se deixaram envolver por práticas que antes combatiam, como, por exemplo, a estratégia de que "o fim justifica os meios", ensinada por Maquiavel a príncipes e governantes de sua época. Tudo isso foi feito como suposta justificativa para se garantir a manutenção no poder e a viabilização de políticas que beneficiassem os pobres.

Várias forças populares, que também deram sustentação àqueles governos, muitas vezes não priorizaram um projeto de sociedade, mas de governo; não investiram devidamente na formação política e de base, nem dos milhões de beneficiários(as) de Programas Governamentais (Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida; Pronatec; Escolas Técnicas Federais; e outros).

6. Por tudo o que foi lembrado acima, as mudanças em andamento estão afetando também a vida pessoal de militantes e lideranças de movimentos populares e OSCs

Antigas e novas lideranças estão desanimadas, sofrendo com crises depressivas e existenciais. Deram a vida durante décadas e apostaram tudo na luta social e política, mas agora ficam com a sensação de que não valeu a pena. Algumas das perguntas mais frequentes que são colocadas: como foi possível tudo isso acontecer de forma tão rápida e profunda? Onde erramos? Essas perguntas podem gerar desespero ou esperança, a depender da postura que for assumida e das análises que forem feitas. Será preciso uma abordagem madura e construtiva, que contribua, ao mesmo tempo, para uma autocrítica saudável e uma retomada estratégica frente à realidade. Este é o desafio.

7. A identificação dos retrocessos no contexto brasileiro, bem como em suas tendências e desafios, coloca a dupla exigência de se realimentar sonhos e esperanças, bem como de se rever e redefinir estratégias, atitudes e narrativas de grupos, organizações, redes e pessoas comprometidas com as transformações mais profundas

Como dizia Victor Jara, cantor e militante chileno assassinado pela ditadura militar daquele País, "no se trata de cambiar el presidente; hay que hacer una sociedad bien diferente". Colocar um presidente no lugar do atual não resolverá; não há salvador da pátria. Estão no comando poderosas forças sociais e políticas, nacionais e internacionais, dispostas a usar todos os meios para garantir a manutenção e consolidação da atual estrutura jurídico-política do Estado brasileiro.

Para se mudar esta correlação de forças muito desfavorável, faz-se necessário que todas as pessoas e setores sociais comprometidos com transformações mais profundas se dediquem e invistam prioritariamente na sociedade civil, em todos os âmbitos.

Por isso, é preciso rever e reinventar estratégias, atitudes e narrativas. Esta é a urgência maior.

Mas isso ainda não basta...

Há quem diga que os sonhos nunca se acabam; o que pode acontecer é que fiquem adormecidos dentro de nós. Precisamos retroalimentar e potencializar permanentemente nossos sonhos, inclusive aqueles que possam estar adormecidos, trabalhando incansavelmente para que se concretizem plenamente.

Referimo-nos ao sonho de uma sociedade justa e solidária; ao sonho de um mundo habitável para todos; ao sonho de vermos concretizadas novas relações de gênero; ao sonho de não existir mais exclusão social e produção de novas formas de escravidão...

Um dos grandes desafios, no atual contexto brasileiro de retrocesso, é realimentarmos nossa esperança e a certeza de que esses sonhos têm sentido e devem ser perseguidos sempre por todos nós, individual e coletivamente.

Trata-se, afinal, de combinarmos duas dimensões:

- Aquela da urgência de **investirmos muito mais na sociedade civil**, em todos os âmbitos, revendo e reinventando estratégias, atitudes e narrativas, como dizíamos acima; e
- Aquela de **realimentarmos permanentemente os sonhos e a esperança** da construção de uma sociedade justa e solidária.

Ambas as dimensões têm muito a ver com a questão da incidência política – que será abordada mais detalhadamente na próxima seção deste Caderno.



PARA DEBATER E APROFUNDAR

1. Fazer um confronto entre as contribuições desta seção do Caderno e a ação de nossa organização ou movimento:

- A partir da experiência acumulada por nossa organização ou movimento, o que gostaríamos de destacar, questionar ou complementar em relação ao próprio texto?
- A partir do texto, o que precisamos rever ou redefinir em nossa vivência organizacional, interna e externamente?

2. Organizar uma roda de conversa para identificar e debater **erros, omissões ou equívocos da esquerda brasileira** no período mais recente, em âmbito nacional e, em especial, no estado ou município onde nossa organização está atuando.

3. Há erros, omissões ou equívocos, acima identificados, que poderiam ser localizados também no trabalho de incidência de **nossa organização**, tanto internamente quanto na relação dela com as comunidades do território onde atuamos?

- Quais foram?
- Em que medida dependeram de nós?
- Que consequências trouxeram?

4. Qual é o tipo de **mudanças que precisamos projetar** em nossa ação de incidência política, para rever e superar eventuais erros, omissões e equívocos cometidos?

5. Qual é o balanço que fazemos acerca de nossas motivações? Temos sonhos “adormecidos”? Como podemos despertá-los? Como nos ajudar uns aos outros?



*Incidência política:
conceito, estratégias
e desafios*

2

2

recomenda-se, a partir desta premissa, que tais processos sejam implementados e acompanhados por meio de estratégias de incidência que favoreçam repercussões e replicações criativas de transformações locais, em escalas gradativamente mais abrangentes, de modo a gerar “efeitos demonstrativos” multiplicadores.

A compreensão desta lógica nos ajuda a entender melhor o grau de importância que assume a incidência política na transformação social. Nesta abordagem a incidência é vista geralmente como “incidência em políticas públicas”, isto é, numa esfera cada vez mais abrangente de segmentos sociais que estejam em busca de seus direitos. Trata-se, portanto, de um grande desafio. *Mas há outras abordagens complementares.*

Incidência política: conceito, estratégias e desafios

Nesta segunda seção, tentaremos sintetizar as principais contribuições que foram se acumulando ao longo do processo de formação acerca do conceito de Incidência Política, bem como de suas estratégias e desafios. A reflexão aconteceu nos 3 seminários e nas oficinas de intercâmbio e foi consolidada no 3º seminário, realizado em 2016.

A reflexão sobre incidência política – feita no decorrer do processo formativo e sintetizada nesta segunda seção – considera vários aspectos:

- A lógica do **apoio da Cooperação Internacional**;
- A busca permanente de incidência e transformação social, que caracteriza **nosso campo de atuação**, constituído por movimentos e organizações da sociedade civil;
- Os **vários âmbitos** em que é possível discernir nesta ou naquela ação de incidência;
- Os **desafios do contexto brasileiro**, que explicitamos na seção anterior e que se relacionam sobretudo com os graves retrocessos em andamento;
- Um **conceito em construção** e suas características constitutivas; e
- Principais **estratégias** de incidência política.

A partir de tais premissas, ficará mais fácil explicitarmos e compreendermos, logo em seguida, o conceito de incidência que foi amadurecendo ao longo do processo de formação.

1. A lógica do apoio da Cooperação Internacional

A questão da incidência política se constitui numa preocupação quase generalizada em todos os países onde atua a Cooperação Internacional. A palavra “incidência” aparece atualmente na grande maioria dos projetos. Mesmo reconhecendo que há acentuações diferenciadas entre as várias agências, a lógica geralmente é a seguinte:

que os recursos internacionais apoiem processos num contexto específico;

2. A busca por incidência política e transformação social, em nosso campo de atuação

Ancorados em numerosas experiências e na longa trajetória da educação popular latino-americana, podemos afirmar que, em geral, em nosso campo de organizações e movimentos comprometidos na luta por transformações sociais mais profundas da sociedade, buscamos sempre gerar alguma incidência; isso acontece a partir de quando:

- Percebemos claramente a **violação de direitos** – sobretudo em relação a classe, gênero, raça e etnia –, injustiças sociais, opressão e exploração de trabalhadores e trabalhadoras;
- Descobrimos que a estrutura da sociedade está gerando pobreza e exclusão social.

Por isso, nossas vontades e estratégias para gerarmos incidência podem se referir:

- Tanto a transformações de uma **situação bem específica**, num território, ou com um determinado sujeito social;
- Quanto à **sociedade em seu conjunto**.

Isto significa que poderá ser necessário mudarmos algo já existente, um processo em andamento. Mas a realidade onde estivermos inseridos poderá exigir uma **nova maneira de ser e fazer**, demandando, naturalmente, muita criatividade e boa capacidade de sairmos da situação existente.

Destacamos que esta segunda abordagem nos faz refletir sobre uma dupla possibilidade de incidência política: na esfera local e na esfera global; duas esferas claramente inter-relacionadas, mas distintas. Ambas são importantes e necessárias, exigindo mudanças profundas.

Mas avançamos ainda mais em nossa reflexão sobre incidência. Passamos a abordar a questão dos âmbitos em que ela pode se dar. Esta reflexão foi feita sobretudo no 3º seminário, em 2016. Tentaremos resumi-la a seguir.

3. Os âmbitos de incidência

Pelas premissas postas anteriormente, fica patente que qualquer que seja a porta de entrada do processo de incidência, será oportuno refletirmos e identificarmos em quais **âmbitos desejamos incidir politicamente**, isto é, onde queremos gerar mudanças.

A partir das práticas vivenciadas, podemos distinguir vários âmbitos, todos fundamentais:

- **As políticas públicas:** como dizíamos acima, elas favorecem – ou deveriam favorecer – a garantia de direitos humanos de significativas parcelas populacionais;
- **A opinião pública:** o referencial legal não é suficiente; por isso, faz-se necessário incidir e influenciar também na opinião pública. Aqui nos referimos à grande massa, no sentido dela

assumir uma consciência coletiva, uma 'cultura comum', na perspectiva de mudanças sociais.

- **A maneira de ser e agir de cada pessoa:** para ganhar a opinião pública, faz-se necessário incidir e trabalhar também junto a cada pessoa. Referimo-nos à consciência individual, que demanda o assumir de atitudes concretas em relação à opção e à forma de se viver e conviver em qualquer área de sua vida, considerando as especificidades de cada segmento social: em casa, nas várias relações de classe, gênero, raça e etnia que acontecem no trabalho, na escola, na rua, na sociedade...

Se, por um lado, esses três primeiros âmbitos devem ser sempre considerados, por outro **existem outros** que também são importantes e que faz-se necessário trabalhar no processo de incidência:

- **Os meios de comunicação:** são canais que podem favorecer o exercício de um grande poder de influência, na medida em que comunicam e transmitem informações, ideias e visões que, por sua vez, podem incentivar e provocar reflexões e debates.
- **O setor privado:** geralmente está muito ligado/articulado ao poder público, exercendo forte poder e ampla influência, principalmente em relação às formas de se produzir, consumir e de se explorar recursos naturais, humanos, técnicos.
- **As Organizações da Sociedade Civil (OSCs)** que compõem nosso campo: elas desempenham um papel importante nos processos de incidência política, pois se ocupam principalmente das estratégias necessárias para se promover e acompanhar processos de mudança sociopolítica.
- **O mundo acadêmico:** por meio de pesquisas, estudos e "discursos" são transmitidas, neste âmbito, referências e modos de ver e pensar a sociedade.
- **As corporações, redes e outros grandes organismos da sociedade:** são responsáveis pela implementação de distintas ações e visões estratégicas, bem como pela criação, redução ou manutenção da democracia no Brasil e em outros países.

Afinal, em cada processo de incidência política será sempre importante:

- Identificar e analisar os âmbitos específicos existentes, sobretudo quando possam ser pouco visíveis
- e nos propormos a incidir prioritariamente em algum deles.

Precisamos, enfim, retomar a questão dos desafios do atual contexto nacional.

4. Os desafios do contexto brasileiro

Como vimos na seção anterior, os desafios são muito abrangentes, em todas as áreas da sociedade. Exigem a capacidade de se implementar antigas e novas estratégias. Não podemos menosprezar experiências já testadas, tanto no Brasil quanto em outros países. Contudo, se trata também de inovar e desenhar novas modalidades de lutas e enfrentamentos, considerando as especificidades do momento sociopolítico que estamos vivenciando.

É isso que tentaremos fazer a seguir, na segunda parte desta mesma seção: retomadas, ajustes ou indicações de novas buscas. Mais precisamente:

- Procuraremos retomar e enfatizar aprendizagens e orientações extraídas da vivência de incidências já experimentadas;
- Apontaremos, também, correções e modificações acerca de estratégias já conhecidas para incidir exitosamente;
- Indicaremos, enfim, outras estratégias mais instigantes e até inovadoras.

Desta forma fica claro que, na articulação entre retomadas, ajustes e novas buscas, será preci-

so que estejamos abertos tanto para antigas quanto para novas perguntas que nos provocam:

*O que é, afinal, incidência?
O que caracteriza um processo de incidência?
Será que podemos extrair,
das premissas que fizemos até agora,
o que vem a ser realmente "incidência política"?*

5. Incidência: um conceito em construção

Duas tentativas de conceituação foram realizadas ao longo dos 3 seminários do processo de formação empreendido pelo CAIS:

- A 1ª ganhou mais consistência no final do 2º seminário (2015), buscando sintetizar uma breve **definição de Incidência Política**;
- A 2ª foi articulada no final do 3º seminário e expressa a síntese das **principais características constitutivas** do conceito de incidência. As duas são complementares.

A definição de Incidência foi a seguinte:

"Para nós, organizações da sociedade civil, participantes do processo de formação do CAIS, a INCIDÊNCIA POLÍTICA pode ser considerada um processo socioeducativo e sociopolítico participativo, que desenvolve estratégias, ações comunicativas e lutas articuladas de pessoas, grupos e organizações, tendo por objetivos:

- **Favorecer a transformação social em valores, princípios, políticas, estruturas, práticas, ideias e comportamentos;**
- **Propiciar proteção e garantia de direitos, principalmente de segmentos populacionais socialmente vulneráveis, da sociedade mais ampla, bem como do meio ambiente e das mais diversas formas de vida no planeta."**

Nessa definição encontramos contemplados vários pontos dos quais se falava nas premissas anteriores: a busca de transformação social em nosso campo de ação, por movimentos e organizações; os âmbitos da incidência; a questão dos direitos; o desafio das estratégias apropriadas a serem construídas e implementadas, entre outros.

No 3º seminário (2016), por meio de um trabalho em grupos e considerando a definição acima, bem como todo o acúmulo das discussões, foram construídas e debatidas as **características constitutivas da incidência política**. Assim fazendo, pretendeu-se possibilitar, como dissemos anteriormente, uma abordagem conceitual da própria incidência, enquanto **contribuição complementar** à definição anterior.

Mais precisamente, desta vez se tratou de enfatizar aspectos considerados inerentes ou constitutivos de uma ação de incidência política.

6. Características constitutivas do conceito de incidência política

Estávamos quase no final do 3º seminário. A proposta foi de buscarmos identificar coletivamente, passando por grupos e plenária, principais nexos e articulações temáticas e metodológicas, até chegarmos a uma síntese.

A seguir, procuraremos resumir as principais características que foram identificadas, debatidas e consensuadas.

A incidência política é um processo socioeducativo e sociopolítico que:

- Valoriza a **diversidade e o respeito às diferenças**, revelando a capacidade de dialogar/articular e construir convergências;

Obs. Será preciso, naturalmente, se ter o cuidado com o risco de se buscar conciliações enganosas e prejudiciais.

- Caminha na perspectiva de um novo “**horizonte utópico**”, permanentemente resgatado e retroalimentado;
- Favorece **mudanças profundas também nas formas de ser e de agir** das pessoas;
- Tem uma **dimensão coletiva/participativa, capaz de favorecer o protagonismo** dos sujeitos, consolidando a identificação e adesão individual com a causa coletiva;
- Passa pelo **planejamento de curto prazo**, mantendo sempre a permanente referência aos objetivos estratégicos;
- Implementa **ações de resistência**, com a devida cautela, em relação à luta pela garantia do que foi conquistado anteriormente;
- Possibilita a vivência de uma **práxis permanente**;
- É alimentado por uma **mística e espiritualidade baseadas nos princípios do bem viver**;
- Estimula a atitude de **gratuidade e humildade**;
- É **flexível** e está sempre em busca de readequações;
- É acompanhado de periódico **monitoramento, avaliação crítica e autocrítica**;
- Expressa o engajamento na **luta pela proteção, garantia e criação de direitos**;
- Cria condições favoráveis para **transformações políticas, legais e sociais**;
- Contribui para a criação ou consolidação de **políticas públicas e sociais** em todos os níveis;
- Se desenvolve com **ousadia e criatividade**.

As características constitutivas – produzidas no 3º seminário (2016) – retomam vários aspectos abordados na definição construída no 2º seminário (2015):

*transformação social,
mudanças profundas nas formas de ser e de agir,
dimensão coletiva e participativa...*

Contudo, também fica patente que a “nova definição” – construída no 3º seminário – acrescenta e acentua aspectos relacionados com um contexto sociopolítico bem mais adverso que o anterior, isto é, daquele relativo ao período do 2º seminário (2015). Por isso, mesmo com a retomada de abordagens anteriores, estão em destaque, no novo conceito, outros pontos:

*defesa e proteção de direitos,
ações de resistência,
convivência na diversidade...*

São abordados aspectos mais relacionados com estratégias de incidência a serem implementadas no atual e desafiador contexto nacional.

Afinal, há complementaridades entre os dois aportes, o de 2015 e o de 2016.

Ambos são complementares também metodologicamente. Isto quer dizer que

**é possível se construir o conceito de incidência
pelo menos de duas maneiras:
na forma de uma definição clássica ou tradicional, dizendo “o que é”,**

**identificando sua essência;
mas também explicitando
aspectos ou características constitutivas
daquele que denominamos “processo de incidência”.**

A definição e as características se inter-relacionam e se articulam na mesma busca: a de construirmos estratégias e ações de incidência que expressem a coerência entre ação e reflexão, teoria e prática. Assim, a ação se torna práxis e a práxis vira referência de novas práticas e vivências de transformação social: políticas, pessoais, comportamentais, culturais, de valores...

7. Principais estratégias de incidência política

A reflexão e o debate sobre estratégias de incidência perpassaram todos os eventos promovidos no decorrer do processo de formação do CAIS. A análise do contexto brasileiro foi contribuindo para uma discussão mais amadurecida. A pergunta provocadora que foi favorecendo este maior amadurecimento poderia ser assim resumida:

*O que está sendo prioritário, nesses tempos de resistência,
para que uma ação de incidência seja verdadeiramente eficaz e inovadora?*

Procuraremos extrair e articular, a modo de síntese, as principais contribuições que foram se acumulando – de 2014 a 2016, no decorrer do Processo – em resposta a esta pergunta.

Diálogo conectado com distintos atores

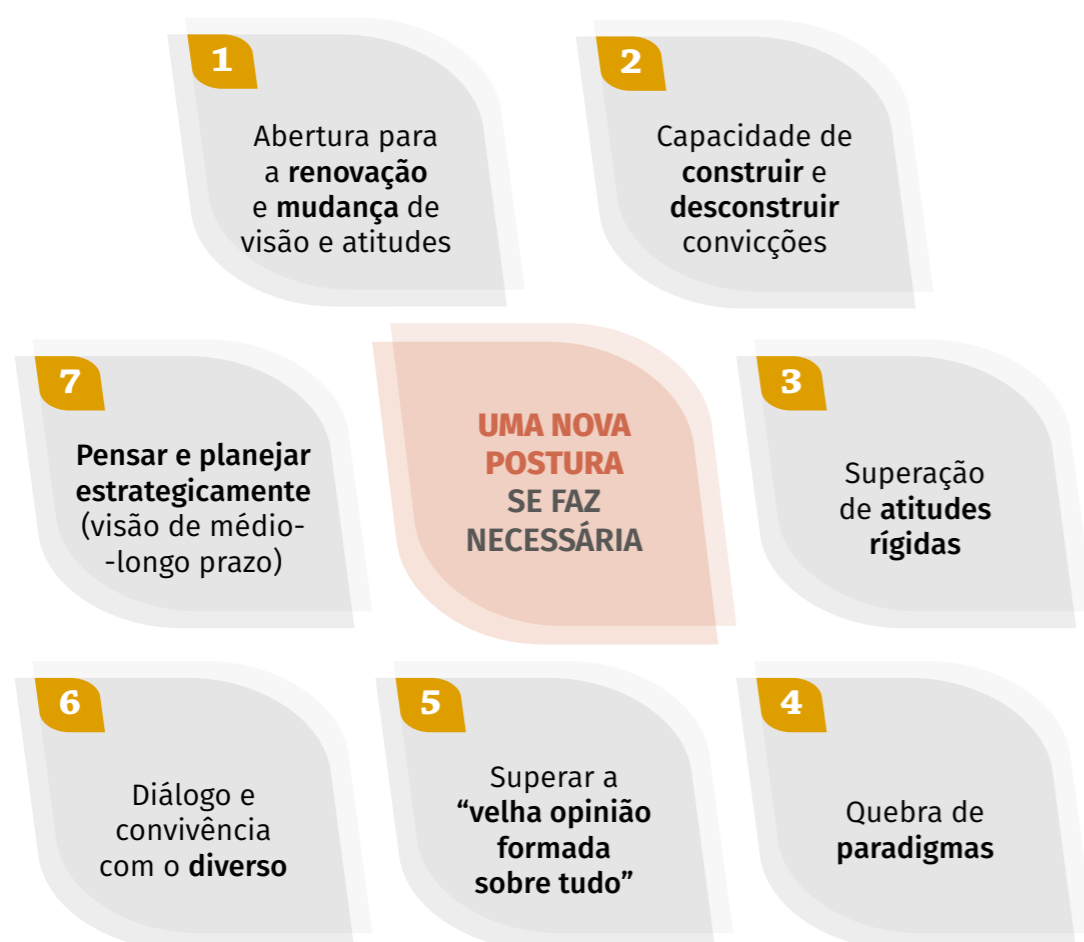
- Em geral, **costumamos dialogar apenas com pessoas de “nossa tribo”**. Isso vai restringindo cada vez mais nosso campo.
- Trata-se de ampliar este diálogo, inclusive com **atores divergentes ou indiferentes**, isto é, com aqueles que possam estar trabalhando no mesmo território onde nós estamos e que possam divergir de nossa visão ou se mostrarem indiferentes frente à mesma. Isso passa, necessariamente, pela busca de entendermos melhor quem não pensa como nós, inclusive nossos adversários.
- É preciso mapear **atores antigos e novos**, estabelecendo contatos, diálogos, parcerias e redes, conexões e articulações de âmbito local, regional, nacional e internacional, em torno das mais variadas temáticas (trabalho, meio ambiente, violação de direitos, política, entre outros).
- Investir em **mais intercâmbios** em todos os níveis, inclusive com agências de cooperação internacional e com outros parceiros financiadores.
- Fazer incidência política também **junto a políticos**, buscando construir uma nova cultura política, baseada no diálogo franco, na transparência e na busca de soluções de problemas que atingem populações vulneráveis.
- Iniciar ou avançar mais no diálogo com o **setor privado**.

Maior investimento na ação formativa

- Nos últimos anos, a formação política não atingiu suficientemente a base. O trabalho se restringiu mais às lideranças, que não se tornaram de fato multiplicadoras. Foi implementada uma formação que gerou, muitas vezes, “lideranças-estrelas”, que gradativamente se afastaram da base e assumiram postura arrogante e autossuficiente.
- Por tudo isso, a **formação política** também deve ser revista. Afinal, a ação formativa – que pretende incidir politicamente – deve **priorizar não apenas lideranças e agentes, mas sobretudo as bases**. De fato, nem sempre lideranças formadas vão gerar trabalho de base. Isto significa que o trabalho de base não pode se limitar à formação de lideranças: ele vai muito mais além deste ponto. Por exemplo: a realização periódica de **grandes jornadas**

de formação, precedidas por convocações e intensas articulações, pode envolver muitas pessoas de uma mesma comunidade – e não apenas suas lideranças. Esta é uma estratégia essencial de uma formação na base. Tais jornadas poderão favorecer trocas, levantamento de problemas, discussões críticas sobre os mesmos, criação de pequenos grupos etc. Tudo isso é formação de base. Esta dimensão coletiva maior faz toda a diferença, pois expressa força, constrói uma comunidade consciente, anima a esperança, cria um efeito multiplicador e aglutina gente nova nas mobilizações e lutas.

- A formação de lideranças continua sendo importante. Mas é preciso ajuda-las a compreender que **liderar é servir** e não ser servido; é “colocar o fermento na massa”, como dizíamos nos processos de educação popular dos anos 70 e 80; é ter a capacidade de aglutinar e influenciar positivamente as pessoas, para que assumam conscientemente seu protagonismo.
- Será necessário investir também na **construção de subsídios de formação**, bem como na multiplicação de experiências formativas chamadas “itinerantes”, trabalhando antigas e novas temáticas, como luta de classes, gênero, geração, diversidade e outras.
- É fundamental que se cuide, nos processos formativos, dos **conteúdos** e da **forma**, retomando com força tudo o que aprendemos na educação popular: construção coletiva de conhecimentos e saberes, formação na ação, prática-teoria-prática.
- Está posto, enfim, o desafio de reaprendermos a fazer formação política, trabalhando, inclusive, sua dimensão ética e jurídica, no sentido dela poder questionar e mudar a atual cultura política. Isto passa pelo resgate e pela rediscussão de princípios e referenciais mais gerais.



Protagonismo e mobilização de sujeitos populares

Este tema foi abordado muitas vezes no decorrer do processo formativo e foi mais aprofundado por ocasião do 2º seminário (2015). Resgataremos os principais aportes:

- Um desafio é superar a **distância entre nossas instituições e a vida das comunidades populares que acompanhamos**. Um dos caminhos poderá ser a inserção de pessoas das comunidades em nossas próprias instituições. Trata-se de fazer com que esta integração se torne efetiva oportunidade de crescimento, tanto para as comunidades quanto para nossas organizações: este diálogo exigirá abertura, boa capacidade de escuta e disposição para mudança de atitude pessoal e coletiva.
- Trata-se de estimularmos o protagonismo por meio de um **processo permanente** de desconstrução e superação da cultura da dependência, que está arraigada desde a colonização. O povo deve se sentir e ser de fato sujeito do processo.
- Para que o protagonismo aconteça, é necessário criar condições para que os grupos de base exerçam a **liberdade de conduzir as lutas específicas e o processo com um todo**.
- O protagonismo só estará acontecendo se estiver propiciando **crescimento e potencialização da comunidade**. Para isso, é fundamental manter sempre bem colada a ação das lideranças com suas próprias bases, evitando-se a formação da liderança-estrela que, como dizíamos antes, se distancia da base, vira arrogante e fica com complexo de superioridade.
- No processo de protagonismo popular, é importante a **construção do consenso**, por meio de uma metodologia *dialógica*. Na maioria das vezes, o sistema de votação acaba sendo uma falsa democracia, na medida em que as divergências permanecem, o debate não é aprofundado e as tensões não são superadas. O melhor caminho será sempre um debate bem amadurecido. Quando no debate os impasses não são superados, é bom dar um intervalo e depois retomar novamente, com maior chance de alcançar o consenso.
- Reconhecer, acolher e respeitar as diferenças: **valorizar a sabedoria popular** e os diversos elementos simbólicos da cultura local. O desafio é ter sensibilidade e levar em conta as relações afetivas, a espiritualidade e o canto do povo.
- É preciso entender que **protagonismo e mobilização social são processos sociais interligados e interdependentes**: a mobilização fortalece o protagonismo e vice-versa.
- É necessário **valorizar o novo** e as novas lideranças que estão chegando.
- **Diversificar as formas de mobilização** para atender os diferentes grupos e suas especificidades, lutas e necessidades; construir coletivamente o processo.
- Nas articulações mais abrangentes, não se trata apenas de integrar diferentes movimentos e redes (locais, regionais e nacionais), mas é preciso também favorecer o **fortalecimento do protagonismo dos grupos de base**. Isto pode ser propiciado por vários meios: pela construção de pautas e narrativas comuns, desde a base; pela montagem de fluxos permanentes de uma comunicação que seja a mais horizontal possível; pelo estímulo à realização de gestos de solidariedade entre grupos; pela intensificação de relações afetivas e pela identificação e conexão de sonhos individuais e coletivos.

“Horizonte programático” e trabalho em REDE: redefinir caminhos a trilhar

- Num **contexto de incertezas** generalizadas, trata-se de redefinir, com paciência, qual caminho queremos afinal trilhar. Não adianta apressar definições. Longas conversas e muitas discussões, a partir do que vivenciamos e dos desafios do contexto, são um caminho necessário.
- Combinar a crença e a motivação para a luta com a necessária **desconstrução de paradigmas**.
- Apesar das inúmeras incertezas, **alguns pontos firmes estão ficando claros**: a necessidade de se investir na formação de um amplo campo anti-fascista; o cuidado para evitarmos um tipo de incidência política que esteja focada no “Papai Estado”; a aposta nos verdadeiros movimentos de luta contra violações de direitos e pelo fortalecimento da sociedade civil; o investimento permanente na retomada da práxis, fazendo uma periódica imersão crítica e

autocrítica em nossa prática, para desconstruir, reconstruir e rever/reinventar aprendizagens.

- Aprimorar a capacidade de realizarmos **ações em rede**: identificando e articulando parceiros, planejando estrategicamente ações conjuntas; monitorando simultaneamente os planos projetados; desenhando e implementando ousados processos de formação política; utilizando estratégias comunicativas articuladas, que influenciem na opinião pública; buscando implementar conjuntamente a mobilização de recursos.
- Continuar perseguindo **o agir local e o pensar global**.



Sistematização de experiências

Este ponto será mais aprofundado no segundo Caderno. Aqui destacamos apenas algumas estratégias:

- **Criar condições institucionais favoráveis para se implementar a sistematização de experiências**: tais condições (orçamento, tempo, registros) variam de OSC a OSC. Sem elas não estarão criadas as condições de viabilidade concreta de se fazer uma boa sistematização, capaz de ir até o fim.
- **Selecionar e avaliar também experiências que não deram certo. Isso quer dizer que não se trata de sistematizar apenas experiências exitosas**. Uma experiência de fracasso poderá, ao ser sistematizada, oferecer aprendizagens ainda mais enriquecedoras, pois a gente não aprende sem sofrimento; afinal, precisamos aprender também com as experiências que não deram certo.
- **Tornar a sistematização uma fonte de maior qualificação de nossas ações de incidência. Ela pode gerar, em muitos casos, um verdadeiro redirecionamento do trabalho que realizamos**: isto poderá acontecer somente se a ação realizada virar práxis, isto é, reflexão crítica e autocrítica, levando-nos a evidenciar inquietações, dúvidas, incertezas, contradições, questionamentos e busca de redirecionamentos estratégicos.

- **Conferir ao processo sistematizador uma dimensão participativa/coletiva**: esta é uma característica fundamental da concepção de sistematização que o CAIS foi socializando no processo formativo. Esta concepção se distingue de outras, onde, por exemplo, se confia a uma assessoria externa a tarefa de sistematizar. Essa estratégia muda muito os resultados do processo e altera o grau de nossa aprendizagem.
- **Fazer com que o processo sistematizador fortaleça os vínculos entre nossa organização (OSC) e a comunidade**: esta relação deve se tornar cada vez mais horizontalizada, não somente no processo de sistematização. Isso significa que o protagonismo da comunidade deve ser permanentemente perseguido, não apenas para validar um trabalho, mas por uma questão de princípio. No caso da sistematização, esta não acaba com a narrativa final, isto é, com o produto conclusivo do processo. A narrativa, desde sua primeira versão, deverá ser debatida com a comunidade e devolvida à mesma, de várias formas, gerando novas discussões, aprendizagens e mudanças na maneira de pensar, sentir e agir, bem como nas relações entre comunidade e OSC.
- **Garantir a explicitação de inúmeros aspectos na narrativa final da sistematização do processo de incidência política**: as estratégias de comunicação, a análise da correlação de forças, o protagonismo da comunidade, a vivência da mística e espiritualidade, as conexões e articulações para dentro e para fora, a luta específica por políticas públicas e outros mais. A capacidade de assegurar a explicitação de todos estes aspectos é uma arte que se aprende por meio de um longo acúmulo no exercício da análise de práticas socioeducativas.
- **Fazer com que a incidência política não acabe com a conquista de uma nova lei**; existe o depois, isto é, a cobrança, a fiscalização, a luta, para que a lei seja de fato implementada e obedecida. É um longo trabalho pela frente. Isso deve ficar claro na reflexão com a comunidade, para que não se "cante vitória" antes do tempo.

Enfim, vale aqui destacar que os debates realizados no 3º seminário (2016) do processo de formação promovido pelo CAIS levaram a fazer uma importante distinção entre dois tipos de sistematização:

- **A sistematização processual**: é mais demorada e abrangente; é aquela que foi realizada com as 3 experiências socializadas neste 1º Caderno. É fruto de um planejamento e se constrói por um passo a passo previamente orientado. Neste caso o orientador foi o CAIS. É um processo que passa por plano de trabalho, coleta de dados, pesquisa de campo, debates, elaboração e reelaboração de narrativas, como temos visto antes.
- **A sistematização enquanto frequente crítica e autocrítica da ação de incidência política e de nossa postura frente ao contexto territorial ou global em que nos movemos, dentro ou fora de movimentos e OSCs**: esta nem sempre é fruto de planejamento: pelo contrário, pode ser melhor propiciada pela oportunidade de uma **agenda vazia** de caráter informal, isto é, por um espaço de troca ou conversa espontânea, que acaba sendo mais profunda, em torno de um problema ou estratégia de trabalho; na informalidade pode nascer, às vezes, uma reflexão estratégica – crítica e autocrítica – que transforme o debate sobre ações de incidência em corajosa práxis, capaz de desconstruir, reconstruir e redirecionar uma experiência. Este segundo tipo de sistematização também pode levar a elaborar e reelaborar uma narrativa; mas pode levar também a outras ações. Por isso, pode ser de curta ou média duração, mas não é menos fecundo ou transformador do que o primeiro tipo.

De fato, poucas organizações conseguem implementar o **primeiro tipo** (a sistematização processual), sobretudo por falta de tempo e até de recursos financeiros. Contudo, todas as OSCs são chamadas a concretizar o **segundo tipo**. Isso é exigido principalmente pelos desafios do atual contexto nacional.

Como anunciamos acima, vamos nos debruçar bem mais no segundo Caderno sobre exigências, cuidados necessários e metodologia destes dois tipos de sistematização.

Comunicação com o cidadão/cidadã comum

- Na maioria das OSCs e movimentos populares, vem predominando uma comunicação em escala bem limitada. Em geral, **nos comunicamos de nós para nós mesmos**, ficando apenas nos restritos limites de nossa “tribo”. Utilizamos uma linguagem feita de palavras de ordem ou chavões que só nós compreendemos. Não conseguimos nos dirigir ao cidadão\cidadã comum – àquele que não vota mais, está descrente na política e se deixa manipular pela grande mídia – nem dialogamos com a sociedade; **não entramos em aberta disputa com a narrativa dominante**, que está conquistando mentes e corações e fazendo recuar e rejeitar amplamente nossa narrativa.
- Também não conseguimos usar veículos de comunicação que exigem uma ação conjunta entre várias instituições como, por exemplo, uma **rádio web**, com a qual – se tivéssemos uma equipe permanente de jornalistas e educadores(as) articulados(as) entre organizações bem afinadas técnica e politicamente – atingiríamos muito mais pessoas, em ampla escala, numa frequência intensa de programação diária; é claro que deveria ser uma comunicação rica, variada e atraente. Mas muitas **organizações ficam fechadas em seu quintal**, sem lançar mão de estratégias comunicativas articuladas em redes, para falar ao o cidadão comum.
- Precisamos reconhecer, também, que costumamos priorizar, muitas vezes, uma **comunicação verticalizada** entre nossa instituição e as comunidades. Não enfrentamos o desafio de favorecermos uma comunicação horizontal entre as próprias comunidades.
- A comunicação deve se tornar **uma das estratégias mais importantes** no atual contexto nacional. Trata-se, afinal, de fazer com que a comunicação se torne, nas organizações de nosso campo, uma **política institucional**, usando múltiplas estratégias comunicativas, articulando a própria comunicação com a mobilização social, bem como com a mobilização de recursos.
- O desafio é também criar, capacitar, consolidar e retroalimentar sistematicamente **redes de comunicadores(as)** populares, capazes de irradiar uma comunicação que trabalhe mentes e corações, com preparo técnico e político, com muita criatividade, favorecendo a disseminação de nossa narrativa e a crença de que outro mundo é possível.

Mística e espiritualidade focadas na incidência

- Muitas vezes, **vivenciamos a mística de forma justaposta** à ação de transformação que realizamos. As duas acontecem, mas andam em linhas paralelas. Como superar esta justaposição? Quais estratégias deveriam ser criadas?
- Trata-se de construir e consolidar uma profunda **conexão entre mística e ação de incidência**. Nossos rituais de mística, feitos de gestos, palavras e símbolos, precisam explicitar e traduzir em dimensão celebrativa as motivações e utopias, as indignações, incertezas e buscas, as alegrias e sofrimentos, que marcam nossa caminhada. Desta forma:

*As motivações nos aquecem;
As utopias nos alimentam;
As indignações, incertezas e buscas nos encorajam;
As alegrias e os sofrimentos se tornam partilha
entre todos os que lutam por uma causa maior.*

Planejamento de curto, médio e longo prazo

- Para ser eficaz e eficiente, a ação de incidência deve ser planejada. Contudo, não conseguimos, muitas vezes, articular e combinar **planejamento de curto, médio e longo prazo**. Caímos facilmente em dois extremos: projetamos bem o curto prazo e deixamos de lado a dimensão estratégica de médio-longo prazo; ou elaboramos bons planos estratégicos e não dedicamos tempo para traduzi-los em sucessivos planos operacionais.

- Não conseguimos, muitas vezes, articular e combinar o **planejamento de curto, médio e longo prazo**. Caímos facilmente nos dois extremos: projetamos bem o curto prazo e deixamos de lado a dimensão estratégica de médio-longo prazo; ou elaboramos ótimos planos estratégicos e não dedicamos tempo suficiente para traduzi-los em sucessivos planos operacionais de curto prazo. Como superar este limite?
- O planejamento não deve ser trabalhado apenas em função de 1 ou mais projetos, mas na **perspectiva institucional**, abrangendo tanto a área programática (programas, projetos e ações) quanto a área da gestão (comunicação, formação interna, gestão de pessoas, mobilização de recursos, harmonização das instâncias etc.).
- Num contexto de graves retrocessos sociopolíticos rápidos e profundos, faz-se necessário articular uma ação planejada que dialogue, ao mesmo tempo, com distintos prazos, não esquecendo as **exigências de atender emergências** que sempre aparecem no tempo e lugar em que estamos atuando.

No processo de planejamento de médio-longo prazo, merecem destaque dois aspectos que foram aprofundados no 2º seminário (2015): a análise de cenários e a construção de estratégias.

- Quanto à análise de cenários, o desafio maior não é estudar a situação do momento, mas é **identificar tendências**, com respectivas causas e consequências.
- Nesta análise, **devem ser considerados vários aspectos**: sujeitos envolvidos, direitos conquistados ou perdidos, violações em andamento e em perspectiva.
- Deve ser feita uma **análise que dialogue com os mais variados grupos ou atores existentes** no entorno da realidade ou território onde se atua: atores violadores e atores garanti-dores de direitos. Trata-se de identificar e analisar a correlação de forças e as distintas interfaces entre tais atores, na medida do possível. Sabemos, pois, que transformações maiores só acontecem por meio de ações em parceria.
- A análise de cenários deve **abranger várias dimensões**: local, municipal, territorial, estadual, nacional e internacional, podendo-se recorrer a agentes externos para socializar abordagens que contribuam na ampliação da capacidade reflexiva dos sujeitos envolvidos.
- Quanto à **construção de estratégias**, estas poderão ser oportunizadoras e/ou ameaçadoras, demandando distintas ações de luta; deverão considerar espaços, tempos e classes sociais, potencializando a participação ativa dos sujeitos envolvidos.
- Trata-se, também, de recorrer a **estratégias político-pedagógicas** que favoreçam a transformação de sujeitos, que muitas vezes se colocam enquanto vítimas, em novos sujeitos sociais, isto é, em atores/atrizes que passem a protagonizar ações de intervenção.
- A projeção de estratégias deve propiciar o **desenho e estudo de novos cenários que sejam antagônicos aos da classe dominante**; desta premissa decorrerá a implementação de estratégias de construção ou de desconstrução.
- Tanto na análise de cenário quanto na construção de estratégias faz-se necessário **assumir um olhar integral das pessoas e de suas interrelações**. Isto significa focar sempre no ser humano, tanto em sua dimensão individual quanto nas relações sociais.
- É bom lembrar que nem sempre se acerta nas estratégias mais apropriadas, pois o processo do **Ciclo de Incidência** é dinâmico: podem acontecer mudanças inesperadas, tanto no trabalho em parceria quanto no grau de participação dos atores envolvidos. Por isso se faz necessário um sistema de Monitoramento e Avaliação.



Sistema de Monitoramento e Avaliação

Constatou-se a permanência de dificuldades sobretudo na construção de indicadores e na mensuração de resultados, efeitos e impactos no curto-médio-longo prazo.

- O atual contexto de retrocessos sociopolíticos, tende a intensificar a **redução das equipes** que atuam nos projetos, dificultando ainda mais o processo de monitoramento e avaliação das organizações.
- Além deste limite contextual, é preciso reconhecer que o monitoramento e a avaliação ainda não estão incorporados como **parte integrante do processo de PMA** (planejamento, monitoramento e avaliação) no cotidiano de muitas organizações. Esta consciência deve servir para se repensar as práticas e não apenas para responder às cobranças das financiadoras.
- O monitoramento deve tornar visível o conhecimento de todos os atores/atrizes envolvidos sobre o **estágio em que se encontra o processo**, incluindo as agências de cooperação e outros parceiros financiadores.
- Trata-se de assumir e implementar o monitoramento e a avaliação como **ações político-pedagógicas bem interligadas** entre si e com toda a dinâmica institucional.
- Um dos maiores desafios é criar condições para que se priorize e implemente um bom **plano de monitoramento/avaliação**, lembrando que

*não se trata de monitorar apenas atividades, mas principalmente **efeitos e impactos** de um projeto, bem como do conjunto da organização ou movimento.*

Mobilização de recursos oriundos de diversas estratégias e fontes

- Muitas organizações oscilaram, nos últimos anos, de uma dependência exagerada em relação à cooperação internacional para outra, também elevada, com o setor público. Como sair destes **dois extremos**?
- O desafio é uma busca mais ampla por recursos oriundos de **fontes diversificadas**, considerando-se os desafios atuais para se obter: recursos públicos e privados; locais, nacionais e internacionais.
- Trata-se, também, de lançar mão de **distintas estratégias**: combinando mobilização de recursos com comunicação institucional; realizando campanhas de doação individual e coletiva;

organizando bazares; prestando serviços para gerar recursos próprios, entre outras.

- A mobilização de recursos não pode ser confiada apenas a algumas pessoas da organização; todos os seus membros devem **atuar de forma corresponsável** neste sentido.
- Cada organização – mesmo que seus membros estejam todos empenhados nesta busca – precisa investir em **uma ou mais pessoas devidamente preparadas** na área de mobilização de recursos. Isso só acontecerá se tais pessoas tiverem passado por processos de capacitação.

Ética na política

- Nos últimos anos, a ética na política não foi desconsiderada apenas por lideranças nacionais palacianas e amigas do rei, mas também por OSCs e movimentos sociais. **Nem sempre foi priorizada a transparência interna e externa no grau necessário**: não se prestou conta à sociedade mais ampla e às vezes não se usou suficiente lisura administrativa e contábil. Políticas públicas e políticos não foram devidamente fiscalizados; não foi exercido um efetivo controle social nessa questão.
- Por outro lado, a bandeira da ética – como lembrávamos na segunda seção deste Caderno – está sendo **utilizada intensamente pela direita** para justificar um Estado cada vez mais autoritário e a perseguição a movimentos e organizações populares.
- Trata-se, portanto, de **reinterpretar e retomar essa histórica bandeira de luta**, fazendo com que a mesma seja inserida apropriadamente em nossa narrativa e vivenciada em práticas sociais e nas organizações da sociedade civil.

Enfrentamento das perseguições

- Vem crescendo a **perseguição a movimentos e OSCs**. Após mobilizações de massa, vêm acontecendo, com frequência, desaparecimentos de militantes e companheiros(as) de luta. Isso não se via, nessa dimensão, desde a ditadura militar. A grande maioria de militantes não está preparada frente a essas situações.
- O desafio é **reaprender a enfrentar tais situações**, desenhando e implementando estratégias (individuais e coletivas) de defesa e resistência.

Nova postura individual e coletiva

- Será que continuamos com aquela **“velha opinião formada sobre tudo”**? Sempre acreditamos que estamos do lado certo e que os adversários são nada mais que inimigos a serem combatidos ou até eliminados. Em muitos casos isso pode estar fazendo parte de nossas firmes convicções, sem abirmos nenhuma chance de diálogo e negociação. Só nos sentimos seguros ao escutarmos os que estão do nosso lado. Todos os que não estão do lado de cá são vistos como pertencentes ao lado de lá, dos inimigos. Será que essa postura nos faz crescer? Desta forma conseguiremos aglutinar novas pessoas à nossa causa?
- Faz-se necessário **assumir uma postura de crítica e autocrítica**. A pergunta é: onde erramos? O que precisamos rever ou corrigir? Como nos comunicar e dialogar com o cidadão comum? Precisamos nos abrir e lembrar tudo o que abordamos, nas páginas anteriores, acerca da comunicação e das relações com distintos sujeitos sociais.

Estratégias e Ciclo de Incidência Política

As estratégias acima sintetizadas não esgotam o conjunto de medidas que são indispensáveis para ações de incidência. Contudo, foram elas que tiveram destaque na reflexão e no debate do processo de formação promovido pelo CAIS, em parceria com a Misereor.

Permanece um desafio, talvez o maior de todos, quando se fala em “Ciclo de Incidência Política”:

como fazer com que, além de implementar as várias estratégias que acabamos de apontar anteriormente – se possa estabelecer uma articulação sistemática, uma conexão entre todas elas?

Afinal, não basta cuidar da comunicação ou da sistematização de experiência ou do planejamento ou da comunicação ou da mobilização popular e da formação. Faz-se necessário articular essas várias estratégias numa experiência concreta de incidência e numa organização que esteja comprometida com a construção de uma sociedade justa e solidária.

PARA DEBATER E APROFUNDAR

1. Fazer um confronto entre as contribuições desta seção do Caderno e a ação de nossa organização:

- O que gostaríamos de destacar, questionar ou complementar em relação **ao próprio texto**, considerando os referenciais e as particularidades da organização?
- O que precisamos rever ou redefinir **em nossa vivência organizacional**, interna e externamente?

2. Ensaiar um **diálogo com cidadãos comuns**, adotando a dinâmica do desempenho de papéis, da seguinte forma:

- Duas pessoas, previamente preparadas, assumem o papel de cidadãos comuns, que não votaram nas últimas eleições presidenciais e municipais, estão descrentes na política e explicitam fortes questionamentos sobre a narrativa das esquerdas;
- Duas pessoas, previamente preparadas, assumem o papel de membros ativos da organização, na busca de atualizar e aprimorar a narrativa das esquerdas, procurando estabelecer um diálogo construtivo com cidadãos comuns.
- Depois do diálogo entre os quatro, abrir o debate com a plenária, para:
 - Analisar tanto os conteúdos trabalhados dos dois lados quanto os papéis desempenhados;
 - Identificar a necessidade de uma eventual mudança de estratégias na ação e gestão da organização, principalmente na área de comunicação.

3. Entre os **âmbitos da incidência** lembrados acima, em qual deles a organização tem atuado menos? Por quê? Seria conveniente avançar mais em algum dos âmbitos menos trabalhados? De que forma?



Experiências de incidência política no Brasil

3

3

Experiências de incidência política no Brasil

Durante o Processo de Formação o CAIS acompanhou 3 experiências mais de perto, de modo a contribuir para que elas fossem sistematizadas pelas respectivas organizações apoiadas pela Misereor, em diálogo com as comunidades populares. O processo de sistematização gerou NARRATIVAS, isto é, reconstituições críticas das experiências de incidência política vivenciadas. Esta seção visa socializar as 3 narrativas finais e destacar as estratégias de incidência utilizadas em cada uma delas.

O processo de construção de cada narrativa

Como lembrávamos na 1ª seção deste Caderno, foi um longo e rico processo de aprendizagem.

As 3 narrativas – reconstituições críticas de experiências vivenciadas – foram construídas e reconstruídas ao longo do processo de formação. A estratégia metodológica e o passo a passo desta caminhada serão explicitados melhor no segundo Caderno. Aqui queremos destacar apenas os momentos principais pelos quais passou a construção das narrativas:

- **Construção inicial.** As três narrativas foram inicialmente construídas, em suas linhas essenciais, dentro da equipe técnica de cada um dos 3 correspondentes projetos apoiados pela Misereor:
 - CPT Centro Norte da Bahia,
 - Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH de Petrópolis, RJ,
 - Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji-Paraná, RO.
- **Construção de uma narrativa mais aprimorada.** A equipe técnica de cada projeto passou a dialogar e debater com as respectivas comunidades acompanhadas, para aprimorar a breve narrativa inicial. Desta forma foi possível se chegar a uma nova narrativa de cada experiência, mais aprimorada que a anterior.
- **Capacitação e vivência da sistematização de experiências.** Em 2016, as três equipes técnicas dos projetos participaram de **3 oficinas de intercâmbio e capacitação**, promovidas pelo CAIS, para se qualificarem mais na sistematização. Assim, vivenciaram a troca entre suas

experiências e aprenderam a aprimorar ainda mais as narrativas anteriores, tanto durante as oficinas quanto, sobretudo, nos intervalos entre as mesmas, alargando e aprofundando o diálogo com as comunidades acompanhadas.

- **Construção das narrativas finais.** As narrativas foram ressocializadas, por fim, no 3º e último seminário (novembro de 2016), onde foram objeto de amplo debate. Desta forma se chegou às narrativas finais; delas foram extraídas aprendizagens e ricas descobertas.

Socialização das narrativas e destaque das estratégias de incidência

Cada experiência de incidência que foi sistematizada teve seu foco específico e resultou numa narrativa que procurou reconstituir criticamente:

- O contexto, com suas tendências e desafios;
- A trajetória da própria experiência vivenciada, identificando atores, estratégias e ciclos da incidência;
- O balanço da incidência implementada, destacando avanços e limites, descobertas e aprendizagens.

A seguir, vamos socializar cada narrativa e destacar suas principais estratégias de incidência.

1. A narrativa da CPT Centro Norte da Bahia:

foca o enfrentamento à expulsão de camponeses por uma mineradora, bem como a luta pela criação de uma lei de preservação ambiental, num município do semiárido baiano.

2. A narrativa do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH de Petrópolis, RJ:

ênfatisa a busca de saída da invisibilidade, protagonizada por populações vulneráveis, atingidas por desastres ambientais na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, bem como a luta pela conquista do aluguel social, realocação e medidas preventivas;

3. A narrativa do Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji-Paraná, RO:

destaca o enfrentamento ao agronegócio e suas consequências – desmatamentos, monocultivos e uso indiscriminado de agrotóxicos –, investindo numa ação em rede para a criação de um programa/lei estadual de agroecologia, no estado de Rondônia.

1. A narrativa da CPT Centro Norte da Bahia

FÓRUM DE ENTIDADES POPULARES: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL EM CAMPO ALEGRE DE LOURDES – BA

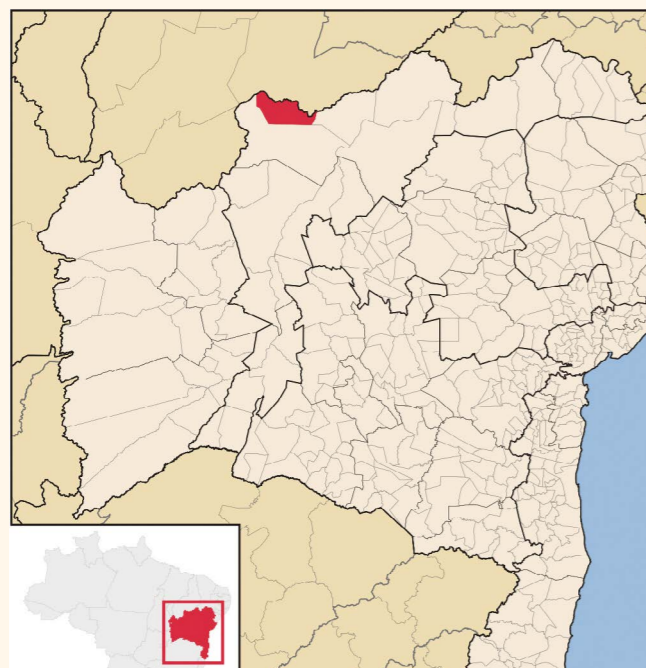
“No Nordeste não falta água, falta justiça!”

(D. José Rodrigues, bispo emérito da Diocese de Juazeiro-BA)

A narrativa que aqui vamos apresentar procura sistematizar uma rica experiência de luta que se situa no município de Campo Alegre de Lourdes, situado no semiárido baiano. Partimos do contexto onde esta experiência ainda se desenvolve e de suas principais características. Na segunda parte, narramos sua trajetória, focando no enfrentamento dos impactos negativos da mineração, na criação do Fórum de Entidades Populares e na luta pela criação de uma lei municipal para barrar estes impactos. A terceira parte se concentra nas estratégias de incidência e nas aprendizagens extraídas de toda a caminhada já feita.

1. Contexto

Campo Alegre de Lourdes fica situado no norte da Bahia, na região semiárida brasileira, a 828 km da capital Salvador, com uma população de 28.090 habitantes, sendo apenas 7.000 na cidade, numa área de 2.781.170 km².



A economia do município baseia-se na produção agropecuária, principalmente nos anos com maiores índices pluviométricos. Com solos mais profundos e férteis do que o habitual no semiárido, as safras agrícolas podem ser abundantes nas culturas alimentares tradicionais de sequeiro, principalmente mandioca (para farinha), feijão de corda, milho, melancia, abóbora, maxixe etc. Além das tradicionais caprino-ovinocultura e bovinocultura, com os animais criados soltos nas caatingas, é importante a produção apícola.

É na região semiárida, no Nordeste, que se encontra o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares do Brasil. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA/1995-1996) revelam que no semiárido nordestino existem cerca

de dois milhões de estabelecimentos familiares, correspondendo a 42% do número total de unidades agrícolas do país, ocupando porém, somente 4,2% do total da área agrícola. Segundo o IPEA, é nesta região que se concentram também mais de 2/3 dos pobres rurais brasileiros e mais da metade da população vítima da fome e da má nutrição. A Bahia tem 700 mil unidades familiares, nas quais vivem cerca de 4 milhões de pessoas – a maior população rural do Brasil.

A baixa renda é uma das principais faces da pobreza: numa região em que a porcentagem de pessoas sem rendimento no município é igual ou superior a 50% dos residentes, a porcen-

tagem de residentes que recebe três salários é de apenas 4% em Campo Alegre de Lourdes¹, o que demonstra a situação de vulnerabilidade em que se encontra a maior parte da população. Em consequência, a outra face da pobreza está na fome e na insegurança alimentar e nutricional das famílias rurais, que utilizam a maior parte de sua produção (renda indireta) para o autoconsumo, não sendo suficiente para suprir outras necessidades básicas como saúde, vestuário, saneamento e educação.

Algumas características da região

A região se caracteriza pela ocorrência de anos sucessivos de seca (pluviosidade baixa e irregular), o que tem resultado na fragilização dos sistemas agrícolas familiares tradicionais. Práticas inadequadas de preparação do solo, como as queimadas, têm contribuído para o agravamento das condições naturais dos solos da região.

A associação da degradação ambiental com o empobrecimento dos(as) agricultores(as) familiares, manipulada politicamente pelas classes dominantes do semiárido nordestino, redundou em um círculo vicioso de insustentabilidade que, em algumas regiões, vem produzindo situações de desarticulação generalizada das economias, pobreza absoluta e de destituição dos núcleos familiares, com o crescente êxodo para as zonas urbanas nos períodos mais críticos de déficit hídrico – principalmente para Brasília e São Paulo. Os mais afetados por esta situação são as mulheres e os jovens, com autonomia financeira reduzida e falta de oportunidades.

Há, mesmo assim, vantagens no modo de vida tradicional na região. Por exemplo, formas de organização comunitária, denominadas **“fundo de pasto”, remanescentes do desfazimento das Sesmarias²**, entre o século XVIII e XIX.

O Fundo de Pasto é um modo tradicional de viver na caatinga, cujo clima é o semiárido, baseado nos recursos naturais de um território remanescente de terras públicas, principalmente utilizadas para o pastoreio de caprinos e ovinos, por famílias de uma mesma comunidade ou comunidades próximas, de maneira complementar à agricultura de subsistência, que é feita em roças cercadas (por isso a expressão “fundos”). Esse jeito de viver vem sendo desenvolvido ao longo de gerações entre povos e comunidades tradicionais nas caatingas e cerrados nordestinos e constitui um patrimônio cultural do povo brasileiro.³

As comunidades de fundo de pasto integram um conjunto de forças sociais e políticas que visam estabelecer um novo paradigma e olhar sobre o contexto regional, que é de “Convivência com o Semiárido”. A Lei estadual nº. 12.910 de 11/10/2013 finalmente regulamenta a Constituição do Estado da Bahia, de 1989, que garantia o reconhecimento do direito destas comuni-



Resistência e luta. Mandacaru floresce

¹ IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

² Sesmarias caracterizavam o sistema fundiário e agrícola de Portugal que foi transferido de forma adaptada para o Brasil no período colonial. Eram doações de terra feitas pelo rei para particulares, com a intenção de torná-las produtivas. Tornaram-se, no entanto, produtivas ou não, base do poder econômico e político.

³ Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro. Sistematização da experiência das comunidades de Fundo de Pasto do território de Areia Grande. Juazeiro, BA: 2011, p. 18.

dades, juntamente com as remanescentes de Quilombos, em áreas públicas pertencentes ao Estado.

Outra característica marcante do município é sua trajetória eclesial, social e política, capaz de ligar fé religiosa, vida comunitária e luta social e política, desde a década de 1970, sob influências da Igreja Católica (Diocese de Juazeiro) conforme a Teologia da Libertação, que valoriza as CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e a leitura comunitária da Bíblia, pelas quais as diversas realidades vividas são objeto de pastorais sociais, entendendo que a fé sustenta a vida e encoraja para a luta.



Oficina de intercâmbio de ações da incidência - Parceiros de Misereor

Impactos da mineração

Nos últimos tempos, o município vem enfrentando **grande pressão de empreendimentos da mineração, já atuantes e anunciados**. Segundo relatos, desde 1945 existem pesquisas sobre ocorrência de minério de interesse econômico na região. Em 2005, a empresa Galvani iniciou a exploração de fosfato no povoado de Angico dos Dias, o maior do município com 400 casas. O minério extraído é levado na maior parte para o município de Luiz Eduardo Magalhães, no oeste baiano, como fertilizante para as monoculturas do agronegócio. Os impactos sociais e

ambientais da mineração são catastróficos: desmatamento; contaminação das águas e do ar; morte de animais; grilagem de terras; doenças respiratórias graves, com suspeita de mortes; êxodo rural; perda de várias fontes de renda; interferência na autonomia de agricultores(as), na cultura local, no hábito alimentar.

Além da ameaça às bases e modos de vida das comunidades de fundos de pasto, enganadas com a promessa de emprego aos moradores, há outros impactos com o tráfego intenso de carros de automóveis das várias empresas mineradoras nas comunidades, principalmente para coletas de amostras de solos que são obtidas sem permissão, demarcando áreas com o sobrevoo de helicópteros.

Levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, com depoimentos, análise documental e entrevistas, constatou que mais de 82% do território do município está mapeado para exploração mineral. O contexto econômico favorece este processo indiscriminado de mineração. O que vem acontecendo em Campo Alegre de Lourdes segue a mesma lógica da mineração em nível planetário. Segundo Bruno Milanez⁴, nos anos 2003 a 2013, as importações globais saltaram de US\$ 38 milhões de dólares para US\$ 277 milhões (aumento de 630%). Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios. Nesse período, o Brasil tem se destacado ocupando o 2º lugar e respondendo por 14,3% das exportações mundiais.

Mapeados 61% do território baiano⁵, o estado se apresenta como um dos maiores potenciais minerais inexplorados. É o terceiro maior depósito de ferro do país, que segue a Serra Geral, na margem direita do rio São Francisco, até as bordas do Lago de Sobradinho. E o primeiro em requisições para pesquisa mineral, especialmente *commodities*⁶ minerais. Segundo o Plano Nacional de Mineração, a Bahia contará com 18% do investimento em pesquisa mineral até 2030.

Multiplicam-se, Bahia afora, os empreendimentos minerários e as obras de infraestrutura,

⁴ MILANEZ, Bruno. Mineração e Igreja: Contexto e Critérios. In: Igreja e Mineração: Em Defesa da Vida e dos Territórios. Brasília, Ed: CNBB, 2015, p. 120.

⁵ SIQUEIRA, Ruben. Mineração na Bahia a maldição dos recursos naturais. Revista Alumeia. Comissão Pastoral da Terra da Bahia. Ed. 1: Setembro de 2013, p. 12.

⁶ Commodities são matérias-primas comuns em várias partes do mundo, cultivadas ou extraídas da natureza, com algum grau de industrialização, negociadas no mercado global.

públicas ou financiadas com recursos públicos, para viabilizá-los. E também as facilitações por parte das autoridades. Aqui já operam 340 empresas de mineração, em 100 municípios, que geram apenas oito mil empregos. Prevê-se investimento de 6,5 bilhões de dólares no setor, entre 2012 e 2016 – 8,71% do total nacional (75 bilhões de dólares). Isto significa cerca de 25% de todo investimento econômico no estado, neste período.

2. A experiência desenvolvida

Diante dos impactos da mineração, moradores de diversas comunidades, **lideranças comunitárias, entidades de apoio e setores do poder público percebiam a necessidade de compreender melhor a situação e conseguir união e articulação maiores em âmbito municipal, para o enfrentamento da mineração e de outros desafios decorrentes**. Nisto tinham papel importante a Paróquia, a CPT, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR).

Em 2009, a CPT, após um longo debate com as comunidades, entidades, escolas, grupos organizados da sociedade e meios de comunicação, buscou a articulação também com entidades que já tinham experiência com essa questão em outras regiões do estado e do país, a exemplo do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, em Minas Gerais (MOVSAM). A partir daí, representantes da CPT passaram a participar de encontros e intercâmbios nacionais e internacionais, a exemplo do Encontro dos Atingidos pela Mineração da Bacia do São Francisco e de Encontros Internacionais dos Atingidos pela Vale. Foi feita também uma articulação com outras experiências na América Latina.

Fórum, Romaria, Audiência Pública e Comissão Municipal de Meio Ambiente

Durante a Assembleia dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campo Alegre de Lourdes, promovida pela Paróquia e pela CPT, em 2009, definiu-se uma série de estratégias de enfrentamento desta e de outras questões. Criou-se o Fórum das Entidades Populares, visando aglutinar forças e potencializar ações em defesa do meio ambiente e questionar ações errôneas do poder público, conforme relatam os participantes.

“**A gente ajudou a construir o Fórum que surgiu a partir das necessidades das comunidades durante uma assembleia de trabalhadores em CAL, onde estavam trabalhadores de toda região, além de entidades de apoio [...]. A partir daí criou-se o Fórum de Entidades. Com isso, as comunidades começaram, junto com as entidades, a firmar compromissos e unificar as lutas. Entre os principais problemas, foram apontados: o medo das mineradoras, as crises nas escolas, a seca. Vale lembrar que a Paróquia e a CPT já lutavam antes da criação do Fórum; depois passou a ser incorporado o SASOP. (Dirceu Policarpo de Souza, morador da Comunidade Coceira, membro da equipe paroquial). O Fórum trouxe muitos esclarecimentos sobre as lutas: estimulou mais organização, incentivou a fazer denúncias sobre a mineração e a ficarmos especialistas com a orientação das entidades, como SASOP, CPT e IRPAA e com a ajuda da paróquia no desenvolvimento das comunidades.” (Rosalina Maria Viajante, moradora da comunidade Baixão do Antônio José).**



Caminhada das comunidades em defesa da Vida - contra impactos das Mineradoras



Oficina com comunidades para avaliar impactos da mineração e traçar ações comuns

Desde então, o Fórum de Entidades Populares vem protagonizando processos de formação e informação nas comunidades sobre os impactos da mineração, os direitos territoriais e os instrumentos de conquista de direitos.

O Fórum foi criado como instrumento para coordenar as ações de enfrentamento à mineração. Na opinião de alguns participantes do Fórum, o inovador foi aglutinar as forças e as ações – organizar a Romaria em Defesa da Vida, o Morro do Tuiuiu, principal “acidente geográfico” símbolo do município, sagrado para a população e ameaçado de exploração minerária. A Romaria, que está na sexta edição, tem favorecido a mobilização, a formação e a informação, a denúncia sobre a problemática e animação para continuidade da caminhada.

“O Fórum ajuda na formação do povo e na conscientização ambiental. Muita gente, que não se preocupava com a preservação, hoje está mais sensibilizada. Muitas pessoas fazem o trabalho de conscientização e denúncias dos desmatamentos nas comunidades e do uso de agrotóxicos (capina química), em relação aos direitos da terra, leis trabalhistas, impactos e estratégias de atuação das mineradoras. As pedras em formato de sinos que deram nome à comunidade foram retiradas pelas mineradoras para pesquisa, provocando revolta na comunidade.” (Maria de Lourdes de Jesus, moradora da comunidade Pedra do Sino, membro da equipe paroquial).

Outra ação do Fórum foi motivar as representações das comunidades para articularem uma Audiência Pública com o poder público. Nesta audiência foi decidida a criação de uma Comissão Municipal de Meio Ambiente, para pensar políticas de enfrentamento das problemáticas ambientais.

A luta pelo projeto de Lei

A Comissão Municipal de Meio Ambiente, com a assessoria jurídica da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), elaborou um subsídio para discutir com as comunidades e buscar propostas para a construção de um Projeto de Lei Ambiental para o Município. O poder público municipal se viu pressionado a realizar uma nova Audiência Pública, para debater a questão dos impactos da empresa de mineração Galvani, nas comunidades de Angico dos Dias e adjacências, resultando na realização de abaixo-assinado para uma representação junto ao Ministério Público exigindo medidas quanto aos impactos socioambientais causados pela empresa.

“O Fórum de Entidades do município de Campo Alegre de Lourdes tem proporcionado momentos muito importantes de crescimento, troca de ideias, avaliação, encaminhamentos das lutas, retomada de lutas e conquistas. Faz o trabalho avaliando, planejando e agindo. Para nós, lideranças das comunidades, das entidades e sindicato, é um espaço em que nos sentimos gratificados, porque estamos vendo a interligação dos jovens com os mais velhos na luta, que nem eu desde os anos 70. Estamos na luta e na caminhada das comunidades.” (Armínio de Deus Braga, representante do STR).

Como resultado, o Fórum fez um processo de discussão nas comunidades, escolas e grupos organizados da cidade, culminado com uma Assembleia de representantes que elaborou uma proposta de Projeto de Lei que foi apresentado por um Vereador (Presidente da Câmara). Apesar da articulação contrária de alguns políticos, o projeto foi discutido em duas sessões na Câmara Municipal e aprovado, transformando-se na Lei nº. 299/2012⁷, que foi sancionada em 26 de dezembro de 2012. Foi uma grande vitória!



Romaria em defesa do Morro do Tuiuiu contra impactos das Mineradoras

Repercussão do Fórum e mudanças de comportamento

Em fevereiro de 2013, o Fórum realizou uma audiência com o Secretário Municipal de Meio Ambiente para discutir a aplicação da Lei. Foi nesse momento em que se percebeu a falta de vontade política do poder público para com a Lei Ambiental.

Atualmente a Lei é tema dos cursos de Gerenciamento de Recurso Hídricos (GRH), obrigatório para aqueles que recebem a cisterna de placas para água de consumo humano captada do telhado da casa. E está sendo utilizada para enfrentar as mineradoras quando chegam às comunidades. Virou temática também para aulas nas escolas.

Com as ações desenvolvidas pelo Fórum, foram acontecendo importantes mudanças no comportamento da população em relação ao meio ambiente: diminuição de queimadas e de desmatamentos; maior cuidado com o lixo, principalmente nas comunidades rurais; diminuição do uso de agrotóxicos, que eram usados na capina e limpeza de roçados, com a volta da capina mecânica (enxadas).

Na defesa do meio ambiente, e principalmente no enfrentamento à mineração, tem sido fundamental o papel das mulheres: são elas as primeiras a perceber o discurso enganoso das empresas e a iniciar o enfrentamento.

As discussões do Fórum contribuem para uma maior inserção de jovens nas discussões sobre o meio ambiente. Desta forma, o debate político ajuda a enfatizar o papel deles, bem como o valor da terra onde vivem. A Escola de Formação da Juventude Rural veio em consequência, promovida pela CPT e pela paróquia.

“Este Fórum vem trazendo para a gente muita alegria, apesar das dificuldades que enfrentamos; vem trazendo esperanças e resultados: temos a Escola de Formação da Juventude Rural, que vem beneficiando muito as comunidades com conhecimento, capacitação e valorização de seus territórios. O que se ouvia muito é que os jovens não queriam nada e que não se respeitava sua cultura;

⁷ Dispõe sobre medida de preservação ambiental no município de Campo Alegre de Lourdes, BA.

mas a Escola de Formação vem ajudando na valorização dessa cultura e da comunidade. Por isso, o Fórum é bastante proveitoso e vem trazendo muitas melhorias.” (Anselmo Ferreira de Souza, jovem morador da comunidade Baixão dos Bois).

Com o início de ações coletivas, as estratégias do Fórum sempre foram o debate e a construção em conjunto de ações, pressões e intervenção nos espaços políticos, com a proposição de políticas públicas municipais. Aumentou, assim, a consciência sobre todos os processos desenvolvidos pelas mineradoras, bem como a leitura crítica da realidade e a participação social em relação a gênero e juventude.

3. Balanço da incidência

No início, a iniciativa era somente voltada para as comunidades rurais e em número reduzido de representações, com até 17 pessoas nas primeiras reuniões do Fórum. Como ele se tornou uma referência na discussão, elaboração e pressão social e política na defesa do meio ambiente e na luta pelos direitos das comunidades, **outros grupos e representações foram se aproximando e somando forças**. Tal foi o caso dos professores do município, que visualizaram o espaço como importante palco de lutas e passaram a integrar e qualificar ainda mais os debates.

Reagindo ao crescimento da consciência política e ambiental e às **ações de resistência desenvolvidas pelas comunidades (retirada e destruição dos marcos das mineradoras), as empresas começaram um processo de recuo em suas estratégias**. Com isso, impactos negativos da mineração foram suprimidos ou minimizados.

Pessoas que atuavam na empresa como diaristas (contratados por dia de trabalho), após tomarem conhecimento dos impactos nocivos da mineração, deixaram o trabalho e se integraram na luta, com participação ativa no Fórum.

Comunidades de fundo de pasto passaram a defender seu território, a exemplo de Angico dos Dias, que organizadamente resistiu a uma tentativa de grilagem de mais de 40.000 hectares de suas terras, **conseguindo derrubar até uma ordem judicial**.

Na mesma comunidade, que era controlada pela empresa Galvani, as pessoas passaram a denunciar os impactos dela e a exigir direitos de forma articulada.

Foram criadas duas associações com a participação de pessoas de oito comunidades; elas passaram a tomar várias iniciativas, a exemplo da luta contra a construção de uma barragem de rejeito no local.

Com o crescimento da consciência socioambiental, as ações estão indo além da questão da mineração e hoje observam-se comunidades mais sensibilizadas acerca da importância da preservação de **seus recursos, dos bens naturais e de seus territórios**, entendendo a terra como dom de Deus **sob a responsabilidade dos cuidados de todos e todas**.

Investimento em algumas estratégias de incidência

Todos os avanços acima citados foram propiciados graças a um investimento em várias estratégias, com destaque para algumas:

- O conhecimento da realidade e a da questão mineração sobre a qual se pretendia incidir com uma atualização frequente das informações e numa formação constante das **comunidades e lideranças**;
- O envolvimento das pessoas diretamente afetadas e de outros atores sensíveis à causa, desde um planejamento das ações;
- A articulação com atores estratégicos, com pessoas do Executivo (vice-prefeito), do Legislativo (presidente da Câmara), promotora de justiça, diretores de escolas e estudiosos da questão;
- O recurso a aspectos simbólicos – Morro do Tuiuí, com **mobilização de sentimentos e de**

práticas religiosas (romaria);

- O desenvolvimento do trabalho sistemático de base, por meio de formação e informação, passando pela definição de comunidades estratégicas;
- A permanente **dedicação à comunicação**, a divulgar, tanto a **questão** quanto as **ações de resistência**.

Vale destacar, enfim:

Busca pelo permanente fortalecimento do protagonismo dos atores envolvidos, enfatizando a importância do Fórum Ampliado com as entidades populares.

Dificuldades e limites

Não faltaram dificuldades e limites; aqui ressaltados alguns:

- As lideranças das comunidades passaram por grandes decepções, pois algumas delas, ao ocuparem espaços de representação política na direção do STR, dentro do partido político ou em cargos públicos, **perderam o sentido coletivo da representação, tirando os ideais e valores originários desta representação**, o que gerou um certo descrédito da luta popular;
- Ainda existem agricultores(as) que não valorizam devidamente as ações comunitárias;
- As comunidades e as entidades eram inexperientes ao propor políticas públicas, revelando várias fragilidades;
- Por causa da dominação política que ainda predomina, há políticos tradicionais que ainda exercem grande influência sobre o povo e provocam divisões nas comunidades;
- A equipe técnica é pequena e as grandes distâncias a serem percorridas dificultam um acompanhamento mais sistemático;
- Ainda permanecem problemas crônicos em relação ao desmatamento ambiental no município;
- A estratégia de cooptação, utilizada por empresas junto a políticos tradicionais, atrapalha o entendimento da realidade e a busca de mudanças;
- Apesar do avanço na criação da Lei Municipal de Meio Ambiente, não se observa sua efetiva aplicação. Não há interesse por parte da gestão municipal, nem a mobilização popular tem conseguido força suficiente para fazê-la valer;
- Mesmo conseguindo aumentar a mobilização das comunidades, teme-se não ser suficiente para impedir a construção definitiva pela Galvani de uma barragem de rejeito, já iniciada, próximo à comunidade de Angico dos Dias. Caso seja construída e venha a romper, como no desastre de Mariana-MG em 2015, poderá prejudicar cerca de 400 famílias – aproximadamente 2.000 pessoas.
- Apesar da mobilização existente, ela ainda é insuficiente para enfrentar a voracidade do monstro da mineração.

Para superar as dificuldades e limites diante deste quadro, foi necessário desenvolver algumas estratégias e ações de forma articulada:

- O conhecimento da realidade, por meio do acesso a dados precisos e fundamentados, favoreceu o entendimento mais claro da problemática;
- A criação do Fórum de Entidades, que se reúne trimestralmente, avaliada como a estratégia mais acertada;
- A Romaria em Defesa da Vida, que tem fortalecido o trabalho nas escolas com professores e alunos;
- A articulação com o Presidente da Câmara e com outros atores do Poder Público;
- A utilização dos meios de comunicação, com a produção de peças de comunicação adaptadas a cada realidade.

Principais lições aprendidas

Aprendemos muito na longa caminhada desta experiência. Algumas destas aprendizagens:

- É necessário o planejamento de todo o processo. O cenário político e as forças contrárias a serem enfrentadas no caminho não foram avaliados adequadamente;
- Faz-se necessário planejar – envolvendo também atores do poder público, sensíveis à causa – estratégias de pressão que sejam capazes de dar respostas coerentes a todo momento no processo;
- Está evidente a necessidade de se contar com assessoria técnica nas mais variadas áreas, durante todo o processo e não apenas em momentos pontuais;
- É preciso avaliar sistematicamente os passos dados e redefinir as estratégias.

Enfim, destaca-se o seguinte:

É preciso favorecer sempre mais o envolvimento de novos grupos e atores.

Considerações finais

A rica experiência que tentamos aqui sistematizar não acabou; está em andamento. Como se viu, há muitos desafios pela frente, mas os passos dados, as conquistas alcançadas e as importantes aprendizagens que dela estão sendo extraídas, serão motivos para que todos e todas os(as) implicados(as) permaneçamos firmes, para enfrentar novas lutas e obter novas conquistas.

***“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”
(Paulo Freire)***

Juazeiro, 31 de outubro de 2016.

Comissão Pastoral da Terra / Centro Norte da Bahia / Núcleo de Juazeiro

Créditos das imagens

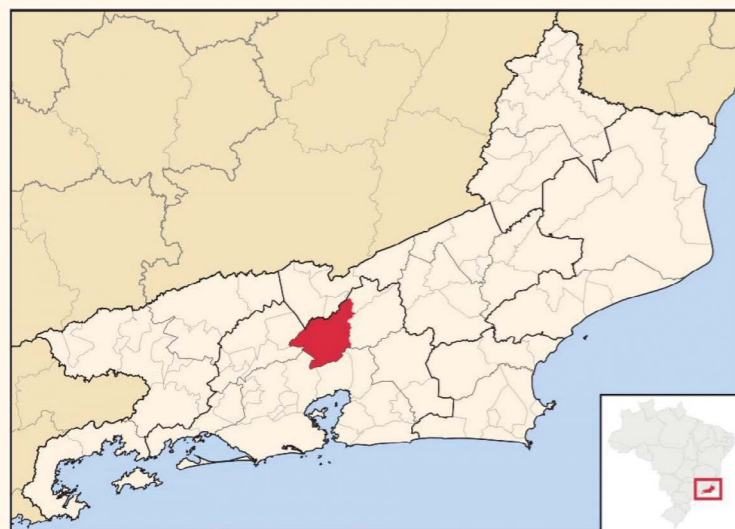
Acervo da CPT Centro Norte da Bahia.

Principais estratégias de incidência que foram utilizadas

- **Estratégias de Comunicação.** Foram construídas e implementadas distintas e criativas estratégias de comunicação para informar e conscientizar a população sobre a verdadeira situação que estava sendo criada pela mineradora;
- **O Fórum de Organizações.** Foram feitos intercâmbios com outras experiências, para identificar e projetar melhor estratégias de enfrentamento da problemática. Ao se constatar que as organizações sozinhas não conseguiriam dar conta desse enfrentamento, foi constituído o Fórum de Organizações (CEBs, ONGs, entre outras), que passou a se tornar o principal sujeito coletivo da experiência e o maior condutor das principais ações, favoreceu a articulação das lutas e a conscientização permanente das comunidades.
- **A Romaria em defesa do Morro.** Para sensibilizar a população, foi criada a Romaria em Defesa do Morro, no município. Este evento virou uma referência e uma grande demonstração de união e força popular, pois passou a mobilizar periodicamente mais da metade da população local.
- **A conquista da Lei de Preservação Ambiental.** Passou a se discutir sobre a necessidade de se criar uma lei para enfrentar todos os problemas socioambientais locais e atacar a problemática de maneira mais ampla. Esta Lei foi aprovada no final de 2012, em vista da defesa do Território. Era a conquista final de um longo processo de luta, mas era, ao mesmo tempo, o início de uma nova fase, marcada pela cobrança de efetiva implementação da Lei.
- **Articulação e enfrentamento de outras lutas territoriais.** Em 2016, o Fórum continua firme na mesma luta e passou a incorporar outras lutas das comunidades, principalmente em relação ao Território, alargando a preocupação por outros temas: educação, saúde etc.

2. A narrativa do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH de Petrópolis, RJ

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR - INCIDÊNCIA POLÍTICA NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



A narrativa que aqui apresentamos tenta sistematizar a experiência de assessoria jurídica popular do CDDH de Petrópolis, na defesa de territórios, passando pelo enfrentamento à invisibilidade de populações vulneráveis, atingidas por desastres ambientais na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Após a descrição do contexto e de suas características socioambientais, a narrativa se concentra na trajetória da experiência e em suas estratégias de incidência política, principalmente em relação à luta

pela conquista do aluguel social, realocação e medidas preventivas. São extraídas, enfim, ricas aprendizagens, tanto para a continuidade da luta quanto para outras experiências semelhantes.

Para o CDDH Petrópolis, a empreitada da sistematização resultou em oportunidade para:

- Termos uma compreensão mais aprofundada das experiências que realizamos, com o objetivo de melhorar nossa própria prática;
- Compartilharmos com outras práticas semelhantes as aprendizagens proporcionadas pela experiência;
- Conduzir-nos à reflexão teórica (e em geral à construção de teoria) a partir de conhecimentos e saberes surgidos de práticas sociais concretas.

A Defesa do Território

O CDDH Petrópolis surgiu, enquanto instituição da sociedade civil, na luta pela defesa dos territórios e pela garantia do direito fundamental à moradia. Foi fundado por um grupo de católicos leigos que apoiavam vítimas de enchentes e deslizamentos. Desde seu surgimento, sempre discutiu as questões socioambientais da cidade atreladas ao direito à cidade. Na presente narrativa, a discussão também não se desvincula deste foco.

Inicialmente é preciso dizer que o CDDH de Petrópolis atua na região do Vale do Cuiabá (alvo desta narrativa) há mais de 35 anos. Seu trabalho se iniciou quando foi realizada a ocupação da Comunidade 1º de Maio. Dentro do Vale do Cuiabá, o CDDH apoiou a construção cooperada de 22 casas. Nas chuvas de 2011, esta comunidade foi fortemente atingida e nossa equipe se dedicou a realizar atos de solidariedade e educação popular junto aos afetados pelas chuvas.

Constatação da situação-problema: direitos

Logo após a região ser atingida pelas chuvas, a prefeitura do município de Petrópolis iniciou a demolição das casas que haviam sido danificadas e interditadas em razão de estarem em área ou em situação de risco.

As tragédias que assolaram a região do Vale do Cuiabá repercutiram em todos os veículos da mídia nacional de forma sensacionalista. Mostraram toda a destruição que aconteceu nos imóveis daquele lugar, a quantidade de vidas que foram perdidas, a mudança geográfica da localidade. A tristeza vivida pela localidade se tomou vulto internacional.

Teve início a especulação do que se faria na região: quais seriam os destinos dos moradores e de suas casas? Quais seriam as intervenções públicas para assistir os moradores e ajudá-los a reconstruir a vida?

Essa especulação gerou um grau de incerteza e, neste cenário, a necessidade de iniciarmos um trabalho de assessoria jurídica e educação popular para a organização da comunidade em torno de uma pauta por direitos. Também se começou a construção de uma rede de solidariedade e a luta para se garantir a visibilidade do problema.

A questão era complexa, pois o INEA-RJ, órgão estadual, chegou à comunidade para demarcar uma área de exclusão de moradias a partir da “área de cheia do rio”, em um cálculo de chuvas a cada 100 anos. Para tanto, **demarcou três tipos de áreas** nas proximidades dos Rios Cuiabá, Carvão e Santo Antônio que deveriam ser desocupadas para obras na calha do rio.

As áreas demarcadas ficaram assim denominadas:

- **área verde**, onde passariam a ficar pessoas que foram atingidas pelas chuvas, mas que estavam em áreas de segurança e que não seriam removidas;
- **área amarela**, com pessoas que foram afetadas, estavam em áreas de possível risco, mas que poderiam permanecer em suas casas, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade desobrigando o Estado a assistir sua família em caso de uma outra tragédia;
- e uma **área vermelha**, em que todas as casas deveriam sair, mediante indenizações de benfeitorias, compra assistida ou realocação por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

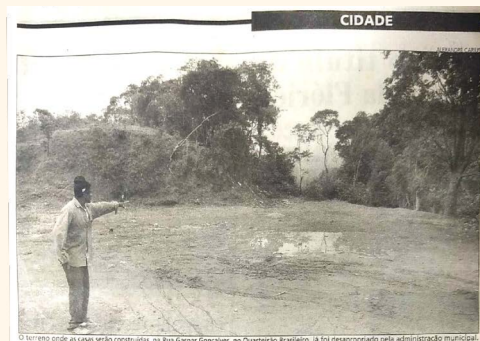
Essa demarcação causou grande conflito na localidade: moradores que foram atingidos pelas chuvas perderam casas, bens móveis e familiares, mas foram identificados como em área verde e, a partir desta definição de área, nenhum benefício lhes foi direcionado. Outras famílias – que não tiveram água em suas casas e não foram atingidas pelas chuvas – passaram a ser consideradas ocupantes de áreas vermelhas, devendo esvaziar a casa imediatamente e ir para o “aluguel social”, aguardando um imóvel do Estado.

“A luta de classes é como o sol e como as estrelas. Negá-la é negar a realidade”.
(José Alberto Mujica)



Apesar da cobertura da grande mídia, comunidades mais vulneráveis continuam invisíveis

A luta de classes se revela no Vale do Cuiabá



CDDH prepara construção de 40 casas para famílias que recebem até R\$ 1,6 mil

JANAINA DO CARMO
Redação Tribuna

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), através do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida Entidades, irá promover a construção de 40 unidades habitacionais para famílias com renda de até R\$ 1.600. O programa contempla em 2009 beneficiar famílias cadastradas em cooperativas, associações e entidades de sociedade civil sem fins lucrativos, habilitadas pelo Ministério das Cidades.

O terreno onde os imóveis serão construídos fica localizado na Rua Gaspar Gonçalves, no Quilombo Brasileiro, e já foi desapropriado pela Prefeitura.

O próximo passo é a cessão da área (de três mil metros quadrados) para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Segundo o coordenador do projeto habitacional da CDDH, Sérgio Hamilton, após a cessão do terreno, a entidade pode iniciar a elaboração do projeto que ficará a cargo da Associação Petrópolis de Engenheiros e Arquitetos e avaliará para análise da Caixa Econômica Federal (CEF).

De acordo com o regimento do Minha Casa Minha Vida Entidades, o financiamento das unidades será feito pela CEF, no valor de R\$ 55 mil por unidade. E o beneficiário terá uma prestação mensal correspondente a 10% da renda familiar bruta, cerca de R\$ 50.

Segundo Sérgio Hamilton, atualmente a entidade conta com um cadastro de 193 famílias. E o principal critério que será utilizado pelo CDDH para a escolha dos beneficiários que receberão as casas será a frequência nas reuniões quinzenais promovidas pela entidade. Os convênios fazem parte do programa habitacional desenvolvido pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos desde 1981. "Nas reuniões nós tiramos da questão da moradia em nossa cidade. Já conseguimos abrigar muitas famílias, inclusive com moradores, disse Sérgio, acrescentando que algumas das 193 famílias cadastradas atualmente ainda são do primeiro grupo formado pela entidade. "Temos pessoas remanescentes desta época que ainda não conseguiram a sua casa própria".

Antes de incluir no Minha Casa, Minha Vida Entidades, o CDDH fez parte, há sete anos, de outro programa desenvolvido pelo governo federal, que abriu crédito solidário para várias entidades para a construção de 50 casas, mas a falta de um terreno impediu a execução do projeto. "Em 2009, quando implantaram o Minha Casa, Minha Vida Entidades, fizemos a inscrição e conseguimos uma nova habilitação visando o mesmo projeto e a utilização do terreno que já havia sido desapropriado", contou.

Ainda não existe um prazo para o início das construções das moradias, mas confiante na rapidez do programa Minha Casa, Minha Vida Entidades as unidades deverão ser entregues em no máximo 24 meses após a data do assinatura do contrato, o

CDDH de Petrópolis solidário às comunidades na luta por moradia

Com isso foram iniciadas reuniões semanais na comunidade, além de reuniões externas com a comunidade a respeito do tema.

Nessas reuniões, além do CDDH contribuir na organização comunitária, eram trazidos informes relativos aos direitos que a população tinha e que estavam sendo violados. Era discutido o que fazer e qual órgão ou representante deveria ser acionado. A dinâmica dos encontros estava sempre entre avaliação e planejamento.

A catástrofe de 2011 atingiu toda a região serrana; em Petrópolis o maior número de atingidos foi no Vale do Cuiabá. Contudo, vale destacar que a **tragédia, resultado de mudanças climáticas, teve grande repercussão porque atingiu uma camada da sociedade que possuía maior poder aquisitivo, ou seja, a catástrofe socioambiental desta vez atingiu ricos e pobres**. No resultado pós-catástrofe, os mais pobres sofrem até hoje com o descaso. Os condomínios onde foram disponibilizadas as unidades habitacionais para uma parcela dessa população mais vulnerabilizada estão localizados próximos dos imóveis da camada privilegiada, para que a mão de obra continue acessível.

Em Petrópolis essa desigualdade tem origem na constituição da cidade, pois a aristocracia imperial do séc. XIX busca um clima mais ameno e se instala na cidade. Com o desenvolvimento industrial, Petrópolis torna-se um polo têxtil. Esses dois momentos são caracterizados pela grande desigualdade econômica. Ainda hoje, sentimos a continuidade desse projeto, como afirmamos acima, em territórios dentro do município, como exemplo no Vale do Cuiabá. A contradição entre ricos e pobres é evidente: os ricos exploram o trabalho para a manutenção desse projeto, afirmando o conflito de classe nesses territórios.

Outro exemplo real deste conflito de classe é a especulação imobiliária pós-catástrofes. Percebemos que aqueles que possuíam melhores condições financeiras conseguiram resolver seu problema por meio da obtenção de indenização ou adquirindo outro imóvel; bem diferente foi a situação dos mais vulneráveis, que foram obrigados a voltar para sua residência dentro de condições muito precárias. Uma parcela recebe aluguel social e outra ainda não teve nenhum tipo de benefício. Neste contexto, o papel do CDDH está sendo o de assessorar permanentemente as famílias na luta por soluções dignas, buscando contribuir para que alcancem seus direitos.

O poder público, apresentando seu caráter de classe, auxiliou os mais abastados, não

Os valores das indenizações não coincidiam com o real valor do imóvel, muito menos eram suficientes para a compra de outro imóvel na região.

Apesar da existência de uma liminar para se suspender as demolições, o INEA continuava atuando mediante acordo de livre vontade com os moradores para esvaziar a região e promover as obras.

Além disso, **faltou abordagem humana** aos sobreviventes pobres daquela região, os quais perderam tudo e após cinco anos ainda encontram-se com pouquíssima assistência estatal. A comunidade do Borges ficou invisibilizada e sem amparo judicial que permitisse a solução do problema de habitação.

Não havia políticas de assistência psicológica aos afetados, nem informações sobre seus mortos. O Posto de Saúde da região foi afetado pela chuva e até hoje não foi construído outro, estando funcionando provisoriamente até o momento.

Toda essa situação gerou a necessidade de organização popular para sair do Vale e lutar por direitos.

Para a equipe do CDDH, estava claro que esta deveria assumir um duplo papel: contribuir na organização popular e buscar criar uma rede de aliados capaz de fortalecer a comunidade para que ela se transformasse em principal sujeito do processo.

Com isso foram iniciadas reuniões semanais na comunidade, além de reuniões externas com a comunidade a respeito do tema.

Nessas reuniões, além do CDDH contribuir na organização comunitária, eram trazidos informes relativos aos direitos que a população tinha e que estavam sendo violados. Era discutido o que fazer e qual órgão ou representante deveria ser acionado. A dinâmica dos encontros estava sempre entre avaliação e planejamento.

A catástrofe de 2011 atingiu toda a região serrana; em Petrópolis o maior número de atingidos foi no Vale do Cuiabá. Contudo, vale destacar que a **tragédia, resultado de mudanças climáticas, teve grande repercussão porque atingiu uma camada da sociedade que possuía maior poder aquisitivo, ou seja, a catástrofe socioambiental desta vez atingiu ricos e pobres**. No resultado pós-catástrofe, os mais pobres sofrem até hoje com o descaso. Os condomínios onde foram disponibilizadas as unidades habitacionais para uma parcela dessa população mais vulnerabilizada estão localizados próximos dos imóveis da camada privilegiada, para que a mão de obra continue acessível.

Em Petrópolis essa desigualdade tem origem na constituição da cidade, pois a aristocracia imperial do séc. XIX busca um clima mais ameno e se instala na cidade. Com o desenvolvimento industrial, Petrópolis torna-se um polo têxtil. Esses dois momentos são caracterizados pela grande desigualdade econômica. Ainda hoje, sentimos a continuidade desse projeto, como afirmamos acima, em territórios dentro do município, como exemplo no Vale do Cuiabá. A contradição entre ricos e pobres é evidente: os ricos exploram o trabalho para a manutenção desse projeto, afirmando o conflito de classe nesses territórios.

Outro exemplo real deste conflito de classe é a especulação imobiliária pós-catástrofes. Percebemos que aqueles que possuíam melhores condições financeiras conseguiram resolver seu problema por meio da obtenção de indenização ou adquirindo outro imóvel; bem diferente foi a situação dos mais vulneráveis, que foram obrigados a voltar para sua residência dentro de condições muito precárias. Uma parcela recebe aluguel social e outra ainda não teve nenhum tipo de benefício. Neste contexto, o papel do CDDH está sendo o de assessorar permanentemente as famílias na luta por soluções dignas, buscando contribuir para que alcancem seus direitos.

O poder público, apresentando seu caráter de classe, auxiliou os mais abastados, não

encontrando soluções definitivas para aqueles que nunca foram visibilizados por esse Estado.

Nesse estudo de caso, a comunidade do Borges no primeiro momento se sentiu e estava invisibilizada pelo poder público e para a mídia, mas a mobilização e a luta constante dessa população trouxeram a consciência de seu estado de coisa garantindo gradativamente visibilidade pelo poder público e materializando assim algumas conquistas.

Parcerias para a caminhada...

Na ocasião, a **Igreja Católica**, com a presença do bispo da região na época, puxou uma articulação de todos os setores da sociedade, em prol da reconstrução do Vale do Cuiabá, denominada Frente Pró-Petrópolis – FPP. Como uma Frente Ampla, com representantes de diversos setores e interesses, essa articulação permitiu dar bastante visibilidade à situação da comunidade.

Foram realizados cadastros por várias instituições, públicas e da sociedade civil. Isso acabou por criar uma dificuldade para a comunidade. Esses cadastros não foram realizados de forma articulada, de modo que até hoje há famílias atingidas pela catástrofe socioambiental e que não conseguiram realizar nenhum cadastro, não sendo citadas em nenhum deles.

Neste período foram realizadas diversas audiências públicas com a presença da Defensoria, do **Ministério Público**, do **INEA**, das **Secretarias Municipais** e aos poucos foram se delineando o problema e as agendas de reivindicações.

A **Câmara de Vereadores** de Petrópolis também criou uma CPI das Chuvas que funcionou durante um ano e depois se tornou uma Comissão de Acompanhamento das Chuvas com o objetivo de manter uma mesa de diálogo permanente sobre a questão até se ter solucionado todas as demandas.

Nas atas das reuniões, é possível verificar a total falta de planejamento e de propostas do Estado para dar assistência às famílias.

As reuniões comunitárias foram mantidas semanalmente até 2014. Em 2015 passaram a ser mensais e agora são quinzenais em virtude do cansaço das famílias e da falta de pauta diária para tratativas nos encontros.

No processo de educação popular e mobilização comunitária, a principal articulação se deu com a **Escola Santa Terezinha**, por meio da Educadora Ambiental e Psicóloga Social, Elaine. Como seu trabalho se dava cotidianamente no acompanhamento pedagógico das crianças e suas famílias, ela percebia a necessidade da luta por direitos. Sua atuação auxiliou imensamente na mobilização e no acompanhamento das famílias, enquanto a equipe do CDDH podia se concentrar em trazer os conteúdos e fortalecer a articulação com atores externos da comunidade. Esse duplo trabalho de acompanhamento pessoal e de mobilização externa permitiu uma formação política horizontalizada.

Nos momentos de diálogo com o poder público e parceiros estratégicos, a comunidade tinha facilidade de se mobilizar. Se nos dias comuns as reuniões tinham em média 40 pessoas com regularidade, nestes dias, apareciam mais de 200 pessoas.

Embora a articulação dos moradores do Vale do Cuiabá estivesse mantida, somente em 2013 se tornou visível na luta por direitos a comunidade do Borges.

Esta comunidade estava fora do contexto dos outros atingidos pela catástrofe do Vale do Cuiabá. Estavam, ao mesmo tempo, dentro do Vale do Cuiabá e isolados da comunidade no convívio social e também na luta por direitos. Das 15 residências da localidade, restaram apenas 4, que foram interditadas por questões de sério risco.

Eram familiares que trabalhavam nas terras da família Cápua e, com a autorização dos donos da terra, construíram estas moradias na parte de trás da fazenda. Não foram assistidos por qualquer órgão imediatamente após a tragédia. Relatam ter passado a noite juntos em uma "esterqueira" no topo do morro e terem ficado isolados sem comida e sem água potável por dias. Tinham sua convivência em família e o primeiro atendimento que chegou até eles foi a possibilidade do aluguel social, que os retirava deste convívio já que as moradias alugadas eram fora da comunidade.

Com a moradia vinculada ao aluguel social fora da localidade, os responsáveis pela manutenção econômica das famílias deixaram de trabalhar nas terras dos Capoa e ficaram sem os laços e sem a renda que antes lhes dava garantia econômica. Por não serem os legítimos donos

da terra, a única alternativa para estes a partir do aluguel social seria a realocação. Conhecendo suas possibilidades (quase nulas), as famílias aceitaram a realocação como promessa futura. Sem renda para pagar a diferença do valor do aluguel social (já que com a especulação imobiliária que ocorreu na localidade o valor dos aluguéis dos imóveis em Petrópolis disparou), algumas famílias voltaram para suas casas interditadas e até hoje lá ficam, convivendo com o medo do transbordamento do rio e do deslizamento da encosta.

Assessoria jurídica e educação popular

A equipe do CDDH iniciou um trabalho de Assessoria Jurídica e Educação Popular na Comunidade do Borges e as lideranças da comunidade começaram a participar das reuniões da Comissão das Chuvas. Foram também levadas ao Ministério Público e organizações públicas foram levadas até a comunidade. A demanda da comunidade do Borges começou a ser tratada junto às demais questões do Vale do Cuiabá.

Outro papel importante na trajetória da luta por moradia no Vale do Cuiabá foi a **articulação para a sensibilização do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, por meio de representações, levando a demanda do Vale do Cuiabá, o que estimulou o MP Estadual à abertura de uma ação civil pública.

Além da ação civil pública, as demandas do CDDH foram acolhidas pela Dra. Zilda Januzzi Veloso Beck, resultando ainda em 5 processos:

- 0024022.06.2014.8.19.0042 – solicitando revisão das indenizações pelo valor de mercado e obrigando o município a realizar as obras nos condomínios para realocação das famílias;
- 0004704.37.2014.8.19.0042 – solicitando anulação do decreto 44520/2013, que foi sancionado com a finalidade de indenizar os moradores da Comunidade da Rocinha, onde tinham posse da terra, cujo decreto tinha sido aportado também para o Vale do Cuiabá, onde os moradores já dispunham de documentação da propriedade;
- 0023140.44.2014.8.19.0042 – solicitando a implantação dos parques fluviais na região do Vale do Cuiabá;
- 0057278.08.2012.8.19.0042 – solicitando anulação do decreto 932/12 com valores remanescentes às vítimas do Vale do Cuiabá;
- 0001731.75.2015.8.19.0042 – solicitando reconstrução das pontes da comunidade do Vale do Cuiabá.

Embora sejam processos de 2012 a 2015, nenhum destes teve finalização ou julgamento até o momento.

Desafios e lições da transição do projeto de apoio

Na trajetória deste trabalho com a comunidade do Vale do Cuiabá, a instituição também passou por uma difícil situação com a **transição do projeto de apoio** que garantia recursos para a liberação da equipe técnica que tinha forte vínculo nas comunidades afetadas.

Com o Vale do Cuiabá, a situação da equipe foi ainda mais desafiadora, porque, mesmo antes desta transição, a equipe anterior já estava fora do convívio com a comunidade. Retomar as ações foi algo que demandou grande esforço da equipe técnica e de vários atores deste cenário, como do Ministério Público e do vereador Silmar Fortes, articulador da Comissão das Chuvas.

Apesar das dificuldades, a transição, isto é, a passagem de uma equipe para outra, foi muito importante para um aprendizado institucional. Descobrimos como é bom fazer com que circulem pessoas diferentes da equipe técnica da instituição no meio das comunidades; isso evita que se criem vínculos fortes entre pessoas que assessoram e comunidades acompanhadas. Tais vínculos podem fazer sobrepular a “marca pessoal” sobre a “marca institucional”; afinal, corre-se o risco de confundir instituição e pessoas. Mesmo que se deva reconhecer como positivas as relações interpessoais que naturalmente se estabelecem num trabalho de serviço social, o desafio maior deverá ser sempre o de ressaltar o vínculo institucional, isto é, o vínculo da comunidade com uma instituição. Este vínculo deve ser sempre mais consolidado.

Articulações e construção de moradias

A comunidade do Vale do Cuiabá continuou, por meio de suas lideranças, a participar de **articulações importantes** na região serrana – dentre elas, o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social. Participaram também de atividades e fóruns em articulação com o MONADES (Movimento de Afetados por Desastres Socioambientais) e AVIT (Associação de Vítimas de Teresópolis). Porém, verificamos que esta articulação das lideranças não chegava aos demais moradores enquanto resultado de luta ou manutenção da mesma. Nesta



2013 - Entrega de 24 casa na conclusão da primeira fase do projeto

luta por moradia, como solução inicial, houve a **construção de moradias** para os afetados pelas chuvas de 2011. As casas do Condomínio Marília Cápua foram construídas por meio de uma parceria do governo do estado com a Prefeitura de Petrópolis e a iniciativa privada. O terreno foi cedido pelo Instituto da Criança. O investimento divulgado foi de R\$ 4,7 milhões, sendo R\$ 3 milhões da Secretaria Estadual de Obras e R\$ 1,7 milhão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Essa iniciativa foi norteadada por interesses privados: o principal objetivo dessas construções foi assegurar a mão de obra para a burguesia local. Foram construídas, na primeira etapa, 24 casas, somente com recursos privados; e mais 50 casas no formato da parceria acima descrita.

Os critérios para a distribuição destas moradias não foram elaborados com a participação popular; a distribuição foi bastante contestada pela população que estava organizada pela luta.

Fortes mudanças no tecido social

A articulação da comunidade foi retomada com extrema dificuldade porque **a situação do aluguel social modificou muito o tecido social do Vale do Cuiabá**. Muitas pessoas saíram da comunidade em virtude da necessidade de alugar moradias mais em conta, por causa do baixo valor do aluguel social. As reuniões ficaram esvaziadas em virtude até da necessidade de transporte para moradores que já não estão mais na comunidade e em virtude da distância da localidade, que demanda muito tempo de deslocamento.

Mesmo os moradores que foram agraciados pelas moradias distribuídas pelo Vale do Cuiabá sentem falta de sua história e da convivência que mantinham na comunidade que foi afetada pelo desastre. Em conversa com “J”, de 16 anos, morador de uma das casas construídas pela iniciativa privada, ouvimos que a atual moradia é muito melhor, pelas condições estruturais, que a anterior; contudo, ele sente falta de seus amigos e vizinhos que não foram agraciados pelo “sorteio”.

Luciana, outra moradora do Vale do Cuiabá, beneficiada pelo aluguel social, disse, emocionada, à equipe do Intercâmbio do CAIS, por ocasião da visita à comunidade:

“**A tragédia levou minha casa e tudo o que eu tinha. Meus filhos não estão morando comigo. Ficaram na casa de meus sogros porque sentem falta da convivência na comunidade. Estou sem eles e morando em outro lugar.**”

Consciência dos limites do trabalho desenvolvido

Estão claros os limites das ações desenvolvidos pela equipe do CDDH e pela comunidade do Vale do Cuiabá: o trabalho tem, de fato, um caráter apenas amenizador, já que não existe estratégia para se reconquistar o que foi perdido pelas famílias afetadas em 2011 e pelos moradores do entorno. Não perderam somente bens materiais, mas também parentes, amigos,

história, vínculos, rumos, futuro, condições psicológicas. Perderam traços importantes de sua identidade. Portanto, reconstruir a vida, para estas famílias significa hoje muito mais que superar dificuldades financeiras; a luta delas assume um significado mais amplo e mais profundo, o de reconstrução de vidas. A comunidade do Borges, que hoje luta para a realocação, mesmo com a conquista deste benefício, perderá o vínculo com a terra, com as plantações, com os animais. Embora as pessoas consigam se manter próximas, na medida do possível, o sentido dessa proximidade será bem diferente, pois uma boa parte da identidade ficou na localidade afetada, onde estão impedidas de permanecer. Para uma boa parte das famílias, os vínculos não serão retomados, porque os parentes já não estão mais por perto; neste cenário, que já era de fato desolador, se passaram 5 longos anos, um tempo que dificulta ainda mais a retomada do que restou do tecido social perdido.

Na comunidade do Borges, as famílias que estão ocupando as casas interditadas mantêm carinho e cuidados grandes com o local. As flores e as plantas estão presentes em todos os cantos, embora a ponte e sua precariedade estejam lembrando o tempo todo a ausência dos que já não podem estar por ali. As reuniões de articulação do grupo ainda acontecem nas casas que restaram.

Resultados e aprendizagens na trajetória...

Quando aconteceu a tragédia no Vale do Cuiabá, demorou uma semana para a comunidade do Borges ser encontrada – eles ficaram invisíveis (segundo a fala dos próprios moradores) para a sociedade e as autoridades. Somente em 2013, através de uma representação feita no Ministério Público Estadual pelo CDDH, a lista das famílias da comunidade do Borges foi incluída no processo judicial que visa a construção de unidades habitacionais para a realocação das famílias afetadas em 2011.

Atualmente as protagonistas da luta do Borges estão articuladas na busca de soluções para a questão de moradia. Pode-se perceber isso na participação em reuniões da Comissão das Chuvas: cobra-se do poder público a regularização do aluguel, a construção das moradias, ações mínimas de manutenção das condições da comunidade até que sejam realocadas (ex: manutenção da ponte que dá acesso à comunidade).

A participação do CDDH junto à comunidade nesse período trouxe uma consciência mais clara de seu papel enquanto ator social, no sentido de ajudar a fazer nascer nos moradores a percepção de que eles são sujeitos de direitos. Uma moradora da comunidade afirmou: “Hoje nós somos visíveis, isso aconteceu também pela ajuda do CDDH”.

Essa frase demonstra que as pessoas consideravam-se invisíveis logo após a tragédia. A organização da comunidade em torno de seus direitos e possibilidades de luta fez despertar a consciência do papel fundamental da articulação e da persistência na luta. A força da comunidade é garantida sobretudo pelas mulheres da localidade. Em geral, **as mulheres demonstram grande protagonismo** (principalmente na comunidade do Borges); contudo, tal protagonismo não pode ser interpretado como um avanço na questão da igualdade de gênero, pois se constata que, provavelmente, na questão financeira, nessa comunidade o papel feminino é ainda pouco valorizado. Entendemos que devemos estimular o protagonismo das mulheres também em outras áreas de produção da vida. O papel da mulher não pode se limitar à manutenção do lar, às questões ligadas ao trabalho; a busca pela igualdade de gênero é fundamental e deve se ampliar para as mais variadas dimensões da vida.

Identificando resultados alcançados para além da comunidade do Borges, o Vale do Cuiabá conseguiu judicializar suas demandas com o apoio da assessoria jurídica do CDDH. O MPE ajuizou várias ações. Vale destacar o processo que versa sobre a anulação do decreto 44.520/2013, que indenizava em preço fixo, pela vigência do decreto 43.415/2012, que possibilita aos moradores optar por **compra assistida**, por indenização do valor real do imóvel ou por unidade habitacional.

A **articulação com o MPE** não apresentou ainda soluções definitivas, pois o resultado final que se espera será a realocação ou indenização de todos os atingidos em 2011.

Mesmo assim, podemos citar alguns **resultados que foram alcançados a partir da luta organizada do Vale do Cuiabá**:

- Asfaltamento da estrada Ministro Salgado filho;
- Projetos de reflorestamento propostos pelo INEA;
- Construção da Unidade Básica de Saúde no Vale do Cuiabá;
- 2 pontes na região do Vale do Cuiabá, comunidade do Buraco do Sapo;
- Construção de casas por parte do governo estadual e FIRJAN (que ainda não suprem a demanda necessária).

Como já foi mencionado, o CDDH desempenha um papel de articulador entre a comunidade e o poder público, visando a obtenção de alguns resultados. É importante entender que não há um sujeito coletivo realmente organizado e de referência no Vale do Cuiabá. Em alguns momentos, a **Associação de Moradores do Vale do Cuiabá** se apresentou como sujeito coletivo, mas na maioria dos momentos isso não se deu. A comunidade não vê a Associação como articuladora, nem legitima suas ações. A Associação está bastante desarticulada, com o mandato vencido há dois anos e sem conseguir organizar uma nova diretoria. Nesse sentido, entendemos que a assessoria jurídica fortalece a organização da luta no Vale do Cuiabá.

Outra importante conquista da articulação da região serrana foi o **Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais** (CEMADEN-RJ), criado pelo Secretário de Estado de Defesa Civil, Cel BM Sérgio Simões, tendo em vista o mega desastre da região serrana em 2011 e a necessidade da Defesa Civil de aprimorar as demais ações, deixando de atuar apenas na resposta e passando a atuar significativamente na prevenção e preparação.

O CEMADEN-RJ surge da necessidade de um monitoramento mais efetivo e abrangente, de forma a atender igualmente todos os 92 municípios do Estado quanto aos eventos de desastres naturais. Fisicamente, o CEMADEN-RJ foi concebido para integrar o Centro Integrado de Comando e Controle do Estado (CICC). Neste Centro, o CEMADEN-RJ tem a função peculiar de fornecer e embasar tudo em relação aos fenômenos naturais que possam causar dano ao Estado. Mas como toda demanda para a população mais vulnerabilizada, o CEMADEN-RJ, atualmente, em algumas comunidades, não está funcionando como no início da implementação.

Como a catástrofe não atingiu apenas a cidade de Petrópolis, mas também Nova Friburgo e Teresópolis, **foi necessária a articulação entre movimentos e organizações da sociedade civil para além de seus municípios**. A partir da articulação do CDDH, representantes da comunidade participaram de audiências públicas e fóruns regionais. Isso se configurou de extrema importância para entendermos a mudança de postura da comunidade atingida e para traduzir as demandas como políticas.

No início, as pessoas estavam buscando apenas resolver suas demandas de forma individual, mas depois de passados 5 anos e ainda havendo demandas para resolver, a população, principalmente na comunidade do Borges, entendeu a necessidade de fazer uma luta coletiva.

A implementação da incidência se deu graças a uma atuação muito intensa no cotidiano do trabalho, utilizando, ao mesmo tempo, várias estratégias. Tudo era planejado nas reuniões e passava a ser cuidadosamente executado por todos. Foram utilizadas, concretamente, múltiplas estratégias: visitas comunitárias, articulações, telefonemas, preparativos e estímulos para se alcançar maior participação nas reuniões externas, cuidados especiais para que cada comunidade se animasse por ocasião das visitas. Afinal, o Vale do Cuiabá se tornou uma comunidade de difícil mobilização. Foi necessário muito investimento. Os desafios permanecem. A luta continua.

Considerações finais

Podemos concluir ressaltando que as conquistas da população não foram fáceis; por isso, os resultados muitas vezes não foram os esperados, pois não se conseguiu mudar muito os planos do Estado sobre as remoções e, menos ainda, evitar os gastos públicos inúteis que foram produzidos.

Foi diferente o que aconteceu com as famílias de classe média e os ricos afetados pelo desastre: articularam defesas individuais e conseguiram receber as indenizações a que tinham direito, reconstruindo sua vida financeira de maneira mais rápida. Aos mais pobres, sobrou a cobrança política e jurídica a partir da Defensoria Pública, contando com toda a morosidade da justiça e dos órgãos públicos direcionados a este episódio.

No caso do Vale do Cuiabá, as conquistas também contribuíam para desmobilizar a comunidade e silenciá-la, pois era vista como a comunidade mais organizada da região serrana. Infelizmente conseguiram, ficando difícil a luta para os que não foram beneficiados por alguns direitos.

No início, as pessoas se inscreviam em cadastros individuais com o objetivo de conseguir suas casas, mas atualmente há um processo único; com isso há uma solução coletiva que se estende para todas as famílias.

A experiência não acabou. O CDDH continuará acompanhando essas famílias. Petrópolis tem um déficit habitacional de mais de 15.000 moradias. Não são somente as famílias do Vale do Cuiabá que precisam de direitos garantidos na cidade. Além destes desafios, há outros ainda, relacionados com as estratégias preventivas. Afinal, há muito caminho a percorrer...

Mais informações sobre a tragédia no Vale do Cuiabá e Região Serrana Fluminense

- www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=25&subsecao=119&id=5031&uid=
- <http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=listamaterias&secao=25&subsecao=119>
- [http://www.cddh.org.br/assets/docs/Tese_verseofinal_revisada_%20Francine%20Damas-ceno%20Pinheiro\(1\).pdf](http://www.cddh.org.br/assets/docs/Tese_verseofinal_revisada_%20Francine%20Damas-ceno%20Pinheiro(1).pdf)
- <http://condominiovillageitapava.blogspot.com.br/2011/09/alerj-recebe-relatorio-da-cpi-feita.html>
- http://www.crea-rj.org.br/wp-content/uploads/2011/09/relatorio-tragedia-na-Regiao-Serrana-do-RJ-6-meses-depois_96DPI.pdf
- http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf
- <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-12/manifestacao-de-moradores-do-vale-do-cuiaba-cobra-construcao-de-casas-para-desabrigados>
- <http://www.avit.org.br/>
- <http://www.dadosmunicipais.org.br/index.php?pg=exibemateria&secao=24&subsecao=109&id=4882&uid=>

Glossário de siglas

CDDH – Centro de Defesa do Direitos Humanos
INEA-RJ – Instituto Estadual do Ambiente
FPP – Frente Pró-Petrópolis
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
MP – Ministério Público
MONADES – Movimento Nacional dos Afetados por Desastres Socioambientais
AVIT – Associação de Vítimas de Teresópolis
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
CEMADEN-RJ – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
CICC – Centro Integrado de Comando e Controle

Créditos das imagens

Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.

Principais estratégias de incidência que foram utilizadas

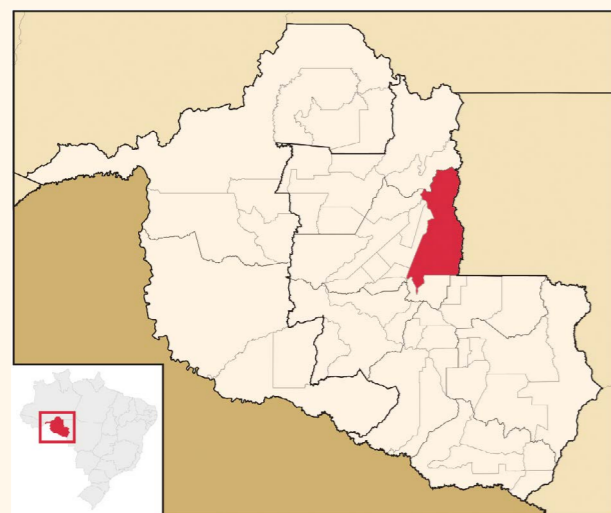
- **Educação popular e assessoria jurídica.** Uma das principais estratégias foi a implementação de um processo de educação popular e assessoria jurídica para apoiar as vítimas do desastre ambiental no processo de reconstrução, para que elas passassem a ficar conscientes do que estavam assinando;
- **Constituição da Comissão de Chuvas.** Merece destaque a criação da Comissão de Chuvas, pois ela assumiu e desempenhou um importante papel na luta das comunidades atingidas pelos desastres ambientais.
- **Processos judiciais.** Foram encaminhados diversos processos judiciais para as indenizações e construção de novas casas.
- **Conquista do aluguel social pela Comunidade Quilombola:** esta conseguiu o aluguel, mas sua situação concreta foi bem mais complexa do que se poderia imaginar.

3. A narrativa do Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji-Paraná, RO

NOS CAMINHOS DA AGROECOLOGIA: UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO BEM VIVER NO ESTADO DE RONDÔNIA

A narrativa que aqui apresentamos tenta sistematizar a rica experiência de várias comunidades em Ji-Paraná. Partindo das famílias do Grupo Xavier, a narrativa procura resgatar a caminhada e as aprendizagens que foram se disseminando em muitas outras comunidades, em várias áreas: na agroecologia, na saúde, nos conselhos municipais, repercutindo e incidindo em políticas públicas.

Chegando em Rondônia, em busca de terra e trabalho



“Foram quase 10 dias de viagem em cima de um caminhão. Cinco famílias misturadas. Era tanto menino, panela, galinha, colchão que tínhamos que contar um por um, pra não deixar ninguém pra trás na hora de pegar a estrada novamente”. Seu Pedro de Paula Ardissân veio para Rondônia com sua família em 1982, e suas palavras retratam a realidade de centenas de milhares de pessoas que migraram para o então Território Federal de Rondônia em busca de terra e trabalho, incentivados pela política do governo militar, pós 1964, que tinha como lema “Amazônia, Integrar Para Não Entregar” – uma espécie de nova versão para a campanha “Homens Sem

Terra para as Terras Sem Homens” – da era Vargas e sua marcha para o oeste. Entre o período de 1960 e 1980, a população do estado cresceu aproximadamente 8 vezes, passando de 70 mil para 500 mil habitantes, que chegavam de todas as regiões do Brasil em busca do Eldorado. Para obter o título definitivo da posse da terra, os beneficiários tinham que derrubar, no mínimo, 80% da floresta nativa de suas unidades. Isto, para o alinhamento da política de ocupação da terra com a política desenvolvimentista voltada para a agropecuária na região.

Compreender esta lógica de ocupação ocorrida em um período recente da história do estado de Rondônia é fundamental para entender a história da luta travada pelos povos autóctones, indígenas e comunidades tradicionais, bem como dos camponeses que ali se instalaram, pela distribuição, posse e permanência na terra. É essencial para decifrar as lutas travadas pela agroecologia que insiste na produção de alimentos limpos, sem o uso do agrotóxico, respeitando o bioma amazônico, sem desmatar, sem destruir os bens naturais. Resgatar essa parte da história é compreender a luta e a resistência das famílias agroecológicas. É compreender também a história das famílias que compõem o Grupo Xavier, a Fepac – Feira de Produtores da Agricultura Camponesa e a história da Rede de Agroecologia Terra Sem Males, frutos desta sistematização.

“**A ordem era derrubar e queimar tudo. E quem derrubasse o lote todo ganhava outro.**” – acrescenta João Carlos da Silva (primogênito da família de oito filhos), hoje com 60 anos, que chegou em Rondônia com sua família, em 1973, com apenas 17 anos.

Segundo João Carlos, com a estrutura e mão de obra que a família dispunha conseguiriam derrubar entre 2 e 3 hectares de mata por ano, e naquele ritmo toda a floresta que cobria o lote viria a baixo em torno de 20 anos. Mas um surto de malária que acometeu todo o estado de Rondônia interrompeu os planos da família.

“**Aqui em casa todo mundo ‘caiu de cama’ pelo menos quatro vezes cada um.**” (João Carlos da Silva)

A partir dos anos 1970, com a descontrolada migração, sem imunidade e sem a cultura da malária, esses imigrantes foram vítimas da maior epidemia de malária da história da Amazônia. Em duas décadas, a prevalência da malária em Rondônia passou de cerca de 20 casos por mil habitantes para 300 mil casos por ano, em uma população inferior a 1 milhão de habitantes.

Mudança de planos e início da transição agroecológica

A matriarca da família de João Carlos, dona Antônia Mariano da Silva, 84 anos, começou a perceber que o desmatamento desenfreado poderia deixá-los sem lenha para as atividades do lar. Um outro fator foi determinante na mudança das práticas de agricultura do sítio: a queimada de toda a colheita de café da família, por meio do fogo incontrolável ateado pelo vizinho. “Mudamos o local do plantio, fomos para a fundiária do lote, onde a mata se mantinha intacta e, assim, serviria de proteção natural para a plantação. Começamos a diversificar o plantio: se tivesse problema com o café, teria a banana, o cacau, a laranja e a lavoura branca pra nos socorrer. Estávamos iniciando a transição agroecológica, sem nem saber que este era o nome que se dava”, destaca João.

A preservação das espécies nativas da floresta veio um pouco mais tarde. A relação com a floresta até então, era meramente utilitária. João Carlos narra emocionado a história de um velho baiano conhecido da família que sempre contava aos netos as histórias das árvores que tinha no sítio. O quanto eram enormes, o quanto a madeira era bonita, perfumada e como diferiam uma da outra. Os netos nunca acreditavam no avô porque nunca tinham visto nenhuma daquelas árvores. E foi então que o avô levou os netos a uma propriedade menos desmatada, e, debaixo de um cacauzeiro antigo, recontou as histórias apontando cada uma das árvores mencionadas, e os netos, satisfeitos, passaram a acreditar novamente no avô.

João recorda que temia que o mesmo acontecesse a ele quando os netos chegassem. Decidiu então, preservar uma parte de cada essência florestal nativa existente no seu sítio.

União de forças e saberes

Através dos encontros de formação baseados na educação popular, os integrantes do Projeto Padre Ezequiel e seus participantes – agricultores e agricultoras, leigos e leigas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), membros de sindicatos e associações, movimentos populares do campo, das águas, da floresta e da cidade – juntaram seus conhecimentos ancestrais aplicados à agricultura e aos conhecimentos da homeopatia para o tratamento e cura do solo, animais, rios, plantas e seres humanos, compreendendo a criação como um todo interligado, codependente, como semelhantes que se curam.



Horta PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - Assentamento Che Guevara

Homeopatia: a cura pela integração do ser humano com o meio

Ao se engajarem na Pastoral da Saúde, as lideranças do Grupo Xavier e comunidades do entorno iniciaram um processo de formação e transformação de suas realidades. Aqui identificamos o processo de incidência nas pessoas envolvidas. Esta incidência foi se dando gradualmente, por meio de um amplo processo de conscientização política das lideranças envolvidas. Estes espaços de formação política foram contribuindo para legitimar os posicionamentos dos grupos e das lideranças em torno da proposta inovadora para a agricultura local, a Agroecologia.

As mudanças na prática logo surtiram efeito também no bolso. Como exemplo, uma família que, em seus 3 hectares cultivados de café sombreado, antes produzia apenas 25 sacas, depois das práticas integradas entre homeopatia e agroecologia passou a produzir, em média, 50 sacas.

De forma semelhante, na área consorciada, cultivada em 1 hectare, entre andirobas, arueiras, tecas, castanheiras, paus-brasil e tantas outras espécies, cultiva 400 pés de cupuaçu que a cada colheita produzem 1.500kg de polpa. Os 780 pés de cacau proporcionam 250kg de semente e 120kg de polpa, “se o macaco deixar” – brinca João Carlos, pois, com o grande desmatamento no entorno, os animais buscam refúgio nas unidades produtivas que estão preservadas.

Outro exemplo de resultados importantes no processo de incidência político-econômica – em que a comunidade pode perceber as mudanças impactadas pelo processo de agricultura conciliada com a homeopatia para a recuperação do solo, da água e do plantio – é o açai: antes desmatado, hoje preservado e com uma produção-mês de cerca 300 kg de polpa de açai e 250 litros de licor por família envolvida. Parte da produção é comercializada de forma direta e parte vendida para o PAA – Programa do Governo Federal para a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que incentiva a compra de pequenos agricultores e possibilita o acesso ao alimento nas escolas, creches, hospitais e para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Outra área de tratamento homeopático é a parte da pecuária familiar. O processo é aplicado para animais de pequeno, médio e grande porte. Para cada problema com os animais, uma homeopatia específica. O tratamento é realizado pela aplicação na água ou diretamente no concentrado de nutrientes misturados ao sal. Esta parte da homeopatia para os animais faz com que a comunidade toda se envolva no processo da criação, conforme depoimento do agricultor João Carlos, que faz questão de enfatizar que

“se for necessário, a gente cuida de um por um, pois cada animal precisa de atenção.” (João Carlos da Silva)

A homeopatia para os seres humanos passa por esse caminho em que cada pessoa tem sua especificidade e, para cada uma, seu tratamento devido. Para os animais o processo é o mesmo. Este é o um dos maiores legados da Agroecologia: a capacidade das pessoas olharem o mundo que os cerca de uma maneira mais holística. Cada ser do planeta tem seu papel e seu valor, enquanto parte importante para o equilíbrio de todo o ecossistema.

A prática de educação popular em saúde

Além das técnicas curativas e preventivas, a atuação na saúde também incentiva a participação política:

- Seja na forma de denúncia dos desvios de verba pública, ação predatória de empresas farmacêuticas, omissão de prestação de serviços, esterilização de mulheres ainda em idade fértil para fins eleitoreiros (prática muito comum no estado);
- Seja por meio da formação em torno dos direitos. São promovidos, para isso, muitos debates acerca dos direitos dos cidadãos e cidadãs à saúde, como a implantação da Homeopatia no Serviço Único de Saúde (SUS).

Esta forma de incidir politicamente se dá, sobretudo, por meio da participação nos conselhos municipais. João Carlos, liderança importante do Grupo Xavier, participou por vários anos de conselhos de saúde. Sua participação era legitimada pelas demais famílias envolvidas no

processo de Agroecologia. Sendo respaldado por seus parceiros de caminhada, ele tinha força e legitimidade para implementar as lutas dentro do próprio Conselho Municipal de Saúde. E, com denúncia de desvio de verba, os conselheiros – juntamente com a comunidade do Grupo Xavier, das demais comunidades e de outros grupos organizados na Diocese de Ji-Paraná – conseguiram obter a detenção do então prefeito por mais de 8 horas, em seu gabinete. E ele foi liberado só depois de fazer um acordo com o povo, tendo que acatar as exigências dos conselheiros referentes às questões da saúde pública local.

Juntos somos mais

A formação do Grupo Xavier veio a partir da união dos participantes da comunidade católica São Francisco Xavier que passaram a trabalhar em mutirões. “O trabalho coletivo é animador, mais construtivo e facilita muito a execução das tarefas”, reforça João.

Com a junção de forças e saberes, as sete famílias do grupo se empenharam em colocar em prática conhecimentos adquiridos e vindos de estudos dos grupos de reflexão que traziam temas ligados, por exemplo, às campanhas da fraternidade ou à análise da realidade, por meio da iluminação bíblica (CEB's).

Segundo o senhor Pedro Ardissân, uma das primeiras preocupações do grupo, nos idos de 2002, foi com a produção e destinação do lixo e cuidados com a água, sobretudo com as nascentes.

Pelo auxílio técnico do Projeto Padre Ezequiel e de outras entidades parceiras, foram realizadas valas para a destinação correta de resíduos sólidos. Para o coordenador do setor agrícola do Projeto Pe. Ezequiel, Francisco de Assis, “a criação das valas ajudou, não apenas na destinação correta dos resíduos, mas na possibilidade de visualização do quanto se trazia de lixo de fora das unidades produtivas, pois nos sítios não se produz lixo, e sim, matéria orgânica que pode ser reaproveitada”. Tudo isso gera consciência e mudança de atitude.

No encontro que a equipe técnica do Projeto Padre Ezequiel realizou para desenhar o mapa territorial das sete unidades produtivas que compõem o grupo Xavier, uma observação foi comum a todos: de adultos a crianças, todos começaram os desenhos a partir do rio que corta a região, tamanho o significado que este possui.

“A água de boa qualidade pode acabar em diversas regiões do planeta, inclusive aqui, e em um futuro muito próximo”, afirma a liderança Eurides da Silva.

O senhor Pedro gosta de lembrar que, em 2011, quando chegou a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Vida no Planeta” – com o lema “A criação geme em dores de parto” –, o trabalho de conscientização realizado no grupo serviu de referência para outras comunidades e paróquias vizinhas que convidaram as lideranças para ajudá-las; assim, passaram a formar outros grupos para desenvolver a Agroecologia em suas propriedades. Foi uma ação multiplicadora que se espalhou por toda a região. A liderança Pedro lembra que “Tudo o que discutimos foi a partir do conhecimento já adquirido. Fomos o modelo, e podemos concluir que isso foi consciência gerada pelo grupo”.

O processo de incidência política de uma comunidade acontece quando os próprios grupos se tornam atores do processo e os grupos de base passam a se tornar protagonistas de sua história. Assim, quando estes traçam as próprias estratégias e conseguem influenciar outros atores em torno de suas ações, irradiando estas práticas, a comunidade cresce e cria força.



Projeto de Recuperação de Nascentes - Vale do Paraíso-RO

Assim tem se dado com o Grupo Xavier: as sete famílias agricultoras têm incidido politicamente junto a outros grupos e também em toda a sociedade da diocese de Ji-Paraná e do estado de Rondônia, ao beneficiá-la com suas produções orgânicas de alta qualidade e comprovar, pela prática cotidiana, que é possível mudar e mudar para melhor.

Guardiães de sementes, guardiães de vida – prática intrínseca do processo agroecológico

Para alimentar o mundo e garantir a soberania alimentar e nutricional dos povos, é fundamental que haja uma melhor distribuição de terras por meio da reforma agrária e da manutenção dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Sobre isso não restam mais dúvidas.

Uma das garantias para que isso ocorra está na preservação das sementes e animais crioulos. As sementes ao longo de milênios foram cultivadas, selecionadas e repassadas de geração em geração pelo povo camponês. Mas, diante da revolução verde, em poucas décadas essa realidade se modificou.

Somente três empresas controlam mais da metade (53%) do mercado mundial de sementes: a Monsanto (26%), a DuPont Pioneer (18,2%) e a Syngenta (9,2%). Somadas a outras 7 transnacionais, estas 10 empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes, que movimenta, anualmente, trilhões de dólares, ameaçando a soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais.

Como em todos os ciclos de reprodução das áreas produtivas do Grupo Xavier, as sementes também recebem o devido cuidado. João Carlos e seu Pedro há mais de 40 anos selecionam, guardam e trocam mais de 80 espécies de sementes.

“**A preservação das sementes crioulas garante as nossas raízes de camponês, nos torna protagonistas de nossa própria história e deixa a gente livre de qualquer interesse financeiro das multinacionais**”, fala com orgulho a liderança João Carlos, apoiado em uma seringueira de 43 anos que ele mesmo plantou no quintal de sua casa, com a primeira semente que ele selecionou.

É o resultado de um trabalho de gerações de agricultores. Estes, ao longo do tempo, fizeram uma seleção natural de um vasto repertório de semente e hoje essas famílias possuem um banco de sementes crioulas. Estas são selecionadas, multiplicadas e compartilhadas. As produções – tanto de animais quanto de sementes crioulas – contribuem para ampliar a biodiversidade.

Esta iniciativa é de fundamental importância para o processo da agroecologia, pois propicia a independência dos agricultores(as) e promove a segurança alimentar da sociedade do entorno, envolvida no processo.

“Hoje é dia de feira, quem quiser pode chegar”

As quartas-feiras são dedicadas a uma atividade especial para a qual se preparam durante toda a semana. É assim há quatro anos, para um grupo de famílias de Mirante da Serra, localizado a 380 km da capital, Porto Velho. Mais que uma decisão econômica, a **decisão de criar a feira agroecológica e Feira dos Produtores da Agricultura Camponesa – Fepac, foi uma decisão**



Sementes Crioulas: Milagres da Vida

política. Ali seria o espaço de trocas: econômicas, de receitas, de ideias, de lutas, de saberes e práticas.

Quando teve início, eram 26 famílias, mas ao longo desses anos permaneceram apenas 15. Uma família não mais expõe seus produtos na feira, pois passou a produzir pelo sistema de hidroponia (esta prática não está incluída no processo de agricultura orgânica, pois utiliza processos químicos). As outras 10 famílias continuam produzindo de maneira diversificada e agroecológica, mas comercializam de forma autônoma e individualmente, seja na cidade, ou no entorno de suas unidades produtivas. A decisão de deixar a feira se deu por causa da dificuldade enfrentada pela distância, más condições das estradas e falta de incentivo do governo municipal, que, apesar de tantas reivindicações, ainda não disponibilizou transporte para o escoamento dos produtos até o local da feira.

As 15 famílias que permanecem seguem na luta. Estão reivindicando um espaço coberto para se protegerem da chuva nos longos períodos do inverno amazônico.

“**Não desistimos da feira, porque aqui é o local onde o camponês pode mostrar aos consumidores a sua cultura, seu modo de viver e resistir**”, explica a liderança Américo Costa.



Encontro de Formação Assentamento Che Guevara

O “caixa-comum” é um grande diferencial deste grupo. O consumidor, ao chegar à feira, recebe uma ficha com os nomes dos agricultores(as); ao encerrar as compras, os consumidores pagam os produtos adquiridos em um caixa comum. Somente depois, ao final da feira é que os agricultores e agricultoras se reúnem para dividir o dinheiro das vendas, reservar uma parte para a associação e trocar os produtos que sobraram. A união entre eles foi fundamental para que a feira continuasse. Eles reúnem sob as mesmas tendas

diversas bandeiras ideológicas, mas compreendem que a luta é a mesma: acesso a políticas públicas favoráveis à produção e comercialização agroecológicas; combate ao uso do agrotóxico; permanência no campo; preservação de sementes e animais crioulos e soberania nutricional e alimentar.

Em datas comemorativas, alusivas ao meio ambiente, fazem campanha de conscientização nas escolas, nas igrejas e na rádio comunitária – espaço que tentam garantir, pois sabem da importância dos meios de comunicação na luta contra o agronegócio e na conscientização da população sobre a importância do acesso a alimentos saudáveis (estratégia fundamental para incidir nas políticas públicas locais e na sociedade do entorno).

“**A feira nem sempre é financeiramente rentável, mas não desistimos porque acreditamos muito nesse espaço como espaço de trocas e formação da consciência**”, ressalta a liderança Miguel Mota.

As famílias que permanecem na feira também fazem entrega aos programas PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar (política pública nacional) – importante conquista dos agricultores(as). E essa conquista ajuda muito no orçamento familiar. Esta é também outra maneira de incidir nas políticas públicas governamentais e se beneficiar diretamente das mesmas.

Da invisibilidade do trabalho feminino ao reconhecimento do seu poder econômico

“As mulheres inventaram a agroecologia, elas constroem agroecologia assim como suas mães e avós que a praticavam, mesmo sem saber deste nome. Foi a resistência delas que garantiu a existência da diversidade de sementes e de práticas, que hoje permitem que estejamos aqui e que de outra forma teriam se perdido pela difusão da ‘revolução verde’”.

Este trecho foi extraído da Carta das Mulheres no II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia –, que aconteceu em Juazeiro, BA, nos dias 16 a 19 de maio de 2014.

Este encontro foi considerado um marco na luta das mulheres por igualdade de direitos como condição para a efetivação da agroecologia. Foi neste espaço que o trabalho das mulheres, a gestão do dinheiro e seu acesso a políticas públicas específicas ganharam mais visibilidade.

Um dos frutos do II ENA foi a realização de diversos estudos de caso em agroecossistemas em todo o Brasil. Vale destacar que a experiência de uma família de Mirante da Serra foi uma das escolhidas para representar a agroecologia na Amazônia. Esta família faz parte do projeto Pe. Ezequiel Ramim e é parte integrante desta experiência aqui sistematizada.

“Nesses anos todos nós que praticamos a agroecologia nunca havíamos parado para avaliar o quanto a renda, que nós mulheres produzimos, é importante para o conjunto de uma família. Foi muito bom descobrir isso. Essa descoberta eleva nossa autoestima”. Essas palavras são da liderança Jovelina Costa, agricultora que compõe uma das famílias da Fepac.

Trabalho silencioso

Enquanto os homens iam desenhando o mapa das unidades produtivas do Grupo Xavier, dona Ademilde Pereira da Silva, 56 anos, continuava silenciosa, realizando os afazeres da casa. Insistíamos para que ela viesse fazer parte do grupo e ela apenas dizia: “Só um pouquinho, minha filha, já tô terminando”. Quando concluiu sua tarefa se juntou ao grupo. “Agora sim, minha filha, pode perguntar”. E bastou apenas uma pergunta para que dona Ademilde contasse, empolgada, suas histórias de luta.

“Quando a gente olha em volta e vê essa belezura toda, não imagina a dificuldade que enfrentamos. Só de malária, sofri 12 vezes. Enquanto o João (João Carlos) saía pra sua missão na pastoral da saúde, eu fiquei aqui e lutei. Na falta de recursos, nós mulheres nos juntamos e nos ajudamos. Umas cuidavam das outras. Pré-natal com médico não existia. Pra chegar na cidade eram dias de caminhada no meio da mata, em cima de caminhão toreiro. Nós ‘plantava’ as ervas que ‘conhecia’ e ‘tratava’ as grávidas, crianças e velhos das nossas famílias e dos vizinhos. Quando os meninos cresceram, eu tive que ensinar eles a trabalhar, a fazer a roça e cuidar das criações no quintal. Foi com esse trabalho que nós ‘garantia’ a comida no prato e com as sobras a gente vendia pra comprar umas roupinhas e o uniforme das crianças. Era só para isso o nosso dinheiro. Médico não era necessário porque a gente já tinha de tudo no quintal”.

A irmã do senhor João Carlos, Maria Odete da Silva, 53, também é mulher de muita luta. Sempre engajada nas causas do povo, é empenhada nos estudos dos grupos de reflexão e nos trabalhos pastorais. “É aqui na comunidade que nós estudamos a realidade e que colocamos em prática a mudança que sonhamos ver no mundo. Por isso nós continuamos aqui nas nossas terras. Foi assim que o Grupo Xavier se tornou uma referência para as outras comunidades na recuperação das nascentes”.

POR UMA TERRA SEM MALES

Os desafios – Criação da Rede de Articulação “Terra Sem Males”

O modelo econômico de ocupação territorial do estado de Rondônia, somado ao uso indiscriminado dos recursos naturais, consumo abusivo de agrotóxicos, exploração predatória de madeira, pecuária extensiva, concentração fundiária e avanço das monoculturas de soja, arroz e cana-de-açúcar tem rebatimento no crescimento desordenado das cidades, provoca aumento da violência e contribui para a intensificação de pressões e conflitos agrários, envolvendo camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais.

O número de camponeses assassinados por conflitos no campo em 2015 foi o maior em 12 anos. Segundo relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, Rondônia é o estado com o maior número de assassinatos no Brasil.

Expectativas econômicas geradas por grandes empreendimentos – como as usinas hidrelétricas do porte de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira; a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), no curso de importantes afluentes deste rio ou a pavimentação da BR-319 – têm contribuído para a intensificação do desmatamento, dos conflitos agrários e do êxodo rural.

Rondônia tem um dos mais elevados índices de desmatamento da Amazônia Legal: são quase 9 milhões de hectares. Isso representa 44% da área originalmente coberta por florestas. Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) mostram que, em 2013, foram desmatados 933 quilômetros quadrados em todo o estado.

Os enfrentamentos

Tendo como fundamento o Bem Viver, a relação fraterna entre pessoas e demais seres da natureza, bem como o profundo respeito pela terra, os povos originários das Américas são exemplo de força e resistência contra o extermínio e a violência sofridos ao longo de séculos de opressão e exclusão.

São estes povos que construíram experiências realmente sustentáveis, que podem orientar as escolhas futuras e assegurar a existência humana no planeta Terra, nossa casa comum.

Baseados no modo de vida indígena das comunidades tradicionais e na milenar agricultura familiar camponesa, em contraponto ao modelo desenvolvimentista apontado pelo agro e hidro negócios, o Projeto Padre Ezequiel e diversos grupos de movimentos e organismos sociais populares, entidades não governamentais, sindicatos, estudantes, professores, agricultores e agricultoras, leigos e leigas se juntaram para criar, no dia 13 de junho de 2012, a **Rede de Agroecologia Terra Sem Males**. Foi uma união de forças e saberes para a construção de um novo modelo de produção agrícola no estado de Rondônia.

As conquistas

Os frutos das lutas começam a ser colhidos. A união das diversas entidades para a consolidação da Rede Terra Sem Males trouxe como resultado o fortalecimento da Campanha Permanente Contra o Uso do Agrotóxico, sobretudo a partir da vinda de Wanderlei Pignati, médico e pesquisador pela Universidade Federal do Mato Grosso, que coordenou uma pesquisa realizada com apoio da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde humana.

A Rede Terra Sem Males, em parceria com a Rede Ecovida, do Rio Grande do Sul, ajudou a intensificar as discussões acerca da certificação de produtos agroecológicos e orgânicos em Rondônia. Mas as discussões passaram para um outro patamar; chegou-se à constatação de que o maior desafio da agroecologia no momento não é a certificação, e sim uma produção diversificada e em maior escala, para atender a um público que cresce a cada dia, na medida em que as campanhas de conscientização acerca de alimentos saudáveis também se intensificam em todo o estado.

A Formação Continuada em Agroecologia, promovida pelo Projeto Pe. Ezequiel, passou a se concretizar com o primeiro curso nesse formato, no estado de Rondônia. Esta formação trouxe também, além do conhecimento técnico, importantes debates sobre a violência agrária; além disso, promoveu a vinda de importantes pesquisadores brasileiros nas mais diversas áreas. Mas o que tem sido considerada a maior de todas as conquistas, segundo o agrônomo Valdeir Souza (componente da equipe técnica do Projeto Pe. Ezequiel), foi a massiva participação da juventude,

que superou a expectativa inicial. “Diante dos revezes sofridos nos últimos anos na educação do campo em Rondônia, ter a juventude participando de forma tão ativa é uma grande vitória”.

A participação expressiva na oficina “Construção e Disputas da Agroecologia nos territórios”, apresentando as experiências vivenciadas no assentamento de reforma agrária 14 de Agosto, do município de Ariquemes, e a experiência do caixa-comum na Fepac, Mirante da Serra, tiveram muita repercussão. Estas experiências foram as mesmas escolhidas para fazerem parte do Projeto de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas, promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pela AS-PTA, que colocou em prática o método desenvolvido pela AS-PTA – Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa – e foi empregado para a realização de estudos sobre o desempenho econômico de agroecossistemas geridos pela perspectiva agroecológica em todas as regiões do Brasil. A ANA publicará um livro com os resultados dos estudos e dos debates realizados nesses eventos territoriais.

Em Rondônia, a finalização dos Estudos de Casos se deu com a I Caravana Agroecológica e Cultural, mobilização propiciada pelo Projeto Pe. Ezequiel e Rede Terra Sem Males, que mobilizou cerca de 100 pessoas entre agricultoras e agricultores familiares camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, estudantes e técnicos do estado, de toda a Amazônia legal e de outros biomas nacionais.

O encerramento da Caravana se deu com a realização de uma audiência pública em que foi apresentada a “Carta Política da Caravana”. Esta foi assinada por diversos representantes dos poderes municipal, estadual e federal. Esta audiência tinha como propósito promover um diálogo com os atores e atrizes sociais ligados ao campo da agroecologia e garantir a implementação de políticas públicas que promovam a transição agroecológica, entendida como condição fundamental para reorientar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola na busca de mais sustentabilidade econômica, ambiental e social para o estado de Rondônia.

A Caravana, além dos desdobramentos políticos e da visibilidade dada ao movimento agroecológico no estado, também ajudou a consolidar a Rede e a trazer novos parceiros para agregar mais força e vitalidade ao trabalho que já vinha sendo realizado. Como exemplo, podemos citar a parceria com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sobretudo com as extensões do campus universitário localizado em Rolim de Moura e Presidente Médici (municípios da Diocese de Ji-Paraná).

Em Rolim de Moura, o projeto desenvolvido é de Residência Agroflorestal apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Este projeto é uma iniciativa pioneira em que 20 profissionais recém-formados nas áreas agrárias e afins foram selecionados para atuar na assistência técnica e extensão rural, visando ajudar a fortalecer as cadeias de produção sustentável da biodiversidade e a formar lideranças regionais.

Em Presidente Médici, pelo projeto “Sementes Agroecológicas”, que promove a formação agroecológica, houve a inclusão social e produtiva de 60 jovens agricultores(as) e pescadores(as) dos cinco territórios de cidadania de Rondônia, favorecendo seu protagonismo e sua permanência na terra.

Criados em 2008, pelo governo federal, os Territórios da Cidadania tinham como objetivo universalizar os programas básicos da garantia de direitos sociais. Pretendia-se que, com a participação da sociedade civil, seria determinado um plano de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas de nosso País. “Infelizmente nos últimos anos a participação dos atores e atrizes sociais está diminuta, principalmente em relação à Sociedade Civil. A Caravana possibilitou a assessoria do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET do Território Central da Cidadania, a convivência com camponeses que de fato vivem da Agroecologia e a coleta de relatos de lutas pela terra, bem como de organização social de base igualitária. Assim a política territorial preconiza a participação democrática, paritária e com ações de monitoramento das políticas públicas voltadas para a Agricultura familiar”, como expressa Bruna Érika de Oliveira, assessora do NEDET do Território Central.

Resultados obtidos com o processo de Incidência Política desencadeado pela Rede Terra Sem Males, com o apoio e assistência técnico-metodológica do Projeto Pe. Ezequiel

Todos os esforços desenvolvidos pela articulação da Rede Terra Sem Males surtiram os resultados esperados, mesmo com todas as dificuldades próprias de um processo de incidência

política com ampla participação, envolvendo diversos parceiros. Destacaremos as principais conquistas:

- A criação do Eixo Terra e Território, com a regularização da assistência técnica a assentamentos, voltada para a agroecologia e a comercialização da produção dos assentamentos;
- Outro eixo que também foi criado nesse novo plano foi o da sociobiodiversidade, que organiza uma série de ações e dá apoio, principalmente, à estruturação do extrativismo;
- Toda a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) passaram a ser orientadas pelo Enfoque Agroecológico.

As pressões sobre o governo estadual, realizadas por diversas entidades e pela Rede Terra Sem Males, foram intensificadas para que a política estadual de agroecologia avançasse. Foi a partir daí que se realizou, em novembro de 2015, o Seminário para a criação do Programa Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que deu ênfase à Assistência Técnica e Extensão Rural, à formação de conhecimento e pesquisa, às comunidades tradicionais e, sobretudo, às políticas específicas para as mulheres.

Logo no mês de dezembro de 2015, foi criada a Câmara Setorial de Agroecologia, com representantes técnicos de entidades governamentais e não governamentais, agricultores e agricultoras. Ela irá propor e acompanhar ações para o desenvolvimento da agroecologia no estado, além de servir como órgão consultivo do governo.

Diante de tantos avanços, outra conquista ocorrida em 2016, também fruto das intervenções e articulações, foi a retomada da Comissão Estadual de Produção Orgânica – CPORG, com a participação de entidades governamentais e não-governamentais envolvidas em diferentes formas de trabalho, com a cadeia da produção agroecológica e orgânica.

Considerações finais

Como vimos, se trata de uma experiência multifacetária, que trabalha, ao mesmo tempo, agroecologia, saúde, educação e vários outros temas; e em torno deles se multiplicam a reflexão e a luta de muitas comunidades, gerando aprendizagens e incidência política numa escala gradativamente mais ampla. É uma experiência que está em andamento, tendo que enfrentar sempre novos desafios.

Concluindo, não poderíamos deixar de ressaltar a memória de Dom Antônio Possamai em todo este processo. Estamos falando de um profeta que um dia profetizou que em Rondônia seria possível “existir uma Terra Sem Males, de onde emanariam leite e mel”. Esta profecia continuará sendo um horizonte utópico para muitas e muitas comunidades, atuais e futuras, que permanecerão firmes na luta e contribuirão para a construção do Bem Viver.

Dom Antônio Possamai, um profeta do seu tempo

Recém-chegado ao estado de Rondônia e à diocese de Ji-Paraná, nos anos de 1983, Dom Antonio Possamai se deparou com uma realidade cheia de desafios. Centenas de milhares de pessoas que vinham dos diversos estados do Brasil em busca de uma nova vida, na realidade, encontraram aqui, segundo as suas palavras, “malária, pobreza, desesperança e injustiça”.

Inquieto com esta dura realidade, em que se via claramente a precariedade da ação do Estado e respondendo ao chamamento do Evangelho, Dom Antônio Possamai convocou leigos e leigas para a ação.

Primeiramente foi criada a Pastoral da Saúde que utilizou o conhecimento popular sobre plantas medicinais e homeopatia para curar, inicialmente, as pessoas, para depois se estender aos animais, solo, plantas e água. “O povo acreditou porque houve a partilha do conhecimento que ele próprio detinha”.

Os problemas sociais, políticos e econômicos e a falta de políticas públicas que assistissem os imigrantes se apresentavam de forma cada vez mais gritante no rosto dos analfabetos, crianças de rua, agricultores e agricultoras desamparados. Em busca de alternativas para estes problemas, foi criado, em 1987, o Projeto Padre Ezequiel.

“Diante daquela realidade, a Igreja tinha que levantar a sua voz profética. Não podia se calar. E, a exemplo de Jesus Cristo, de maneira autêntica, buscamos acolher, curar, ensinar, organizar e libertar o povo de tantas amarras. E o Projeto Padre Ezequiel buscou, por meio de sua teimosia santa, combater o bom combate em defesa da vida plena para todos”. Dom Antônio Possamai

Créditos das imagens

Arquivo do Instituto Padre Ezequiel Ramin.

Principais estratégias de incidência que foram utilizadas

- **A transição agroecológica.** Ao se estabelecer e implementar essa transição, multiplicaram-se cultivos e se alcançou progressivamente uma produção bem maior do que a anterior – tudo isso gerou mudanças muito positivas, favorecendo a formação de um banco com mais de 80 espécies de sementes. Desta forma, a experiência passou a ser disseminada em outras comunidades.
- **A estratégia da feira de produtores.** A maioria deles é formada por assentados da reforma agrária, favorecendo a ampliação de contatos com mais pessoas e criando condições para se realizar um processo de sensibilização e solidariedade: tudo é pago por meio de um caixa comum; o ganho é dividido entre eles; há trocas dos alimentos que sobram e se define o que vai se fazer com uma parte do dinheiro.
- **A Rádio Comunitária.** Passou a ser uma importante estratégia política; o grupo inicial era constituído de 20 famílias; atualmente só ficaram 15, porque as distâncias são grandes; mas as outras 5 continuam produzindo de maneira orgânica, vendendo de casa em casa.
- **Criação da Rede “Por uma Terra Sem Males”.** Esta rede ajuda a enfrentar muitos problemas comuns e a alcançar melhores condições de vida.
- **O estudo de caso em Rondônia.** Foi implementado em espaços de articulação nacional e ajudou a dar visibilidade à experiência de Ji-Paraná, atraindo mais parceiros, que inicialmente não acreditavam na agroecologia.

PARA DEBATER E APROFUNDAR

1. Fazer um confronto entre as contribuições desta seção do Caderno e a ação de nossa organização:

- O que gostaríamos de destacar, questionar ou complementar **em relação ao próprio texto**, considerando os referenciais e as particularidades da organização?
- O que precisamos rever ou redefinir **em nossa vivência organizacional**, interna e externamente?

2. Fazer uma **análise comparativa de duas ações de incidência** promovidas e/ou apoiadas pela nossa organização: uma, bem exitosa; outra, com evidentes fragilidades. Procurar, nesta análise, responder às seguintes questões:

- Considerando as características constitutivas de uma ação de incidência política, explicitadas no texto acima, o que podemos extrair de aprendizagens a partir das ações que revelam fragilidades e daquelas que resultaram como exitosas?
- O que garantiu os êxitos?
- O que gerou as fragilidades?
- Existe a necessidade de mudar estratégias? Quais?



*Experiências de
incidência política
em outros países
da América Latina*

4

4

Experiências de incidência política em outros países da América Latina

Por ocasião do 3º seminário foram também compartilhadas, de forma resumida, algumas experiências de outros países da América Latina, de modo a proporcionar uma visão crítica mais abrangente no campo da incidência. Esta última seção pretende socializar a síntese de 4 experiências da América Central e ajudar a extrair delas aprendizagens no campo da incidência política.

Para se compreender como se obteve incidência política em contextos fora do Brasil, de modo a proporcionar maior aprendizagem, quatro experiências foram socializadas sinteticamente, mostrando caminhos e estratégias específicas, que poderão ser úteis também em processos de incidência no contexto brasileiro e em outros lugares:

- As Comissões Cidadãs de Transparência, em Honduras;
- A Mesa frente à Mineração, em El Salvador;
- O processo de diálogo para a Urbanização das Bacias dos Rios Ozama e Isabela, na cidade de Santo Domingo;
- A Campanha “Casa Ya” (= “Casa Já”) para a Lei de Moradia, na República Dominicana.

1ª. AS COMISSÕES DE TRANSPARÊNCIA, EM HONDURAS

Aspectos do contexto

Honduras sofreu um furacão (Mitch), em 1998. Em 2002, houve um acordo internacional por meio do “Perdão da Dívida Externa”. Isso gerou a chegada de importantes recursos internacionais; contudo, as autoridades internacionais, em função de uma tradição de corrupção generalizada no país, exigiram a implementação de espaços de controle da sociedade civil para a fiscalização do bom uso dos recursos. Foi assim que se formaram as primeiras comissões nos municípios que receberam recursos internacionais.

As comissões eram compostas pela sociedade civil, mas a realidade variava muito, em função dos municípios. Em alguns casos, houve uma cooptação de lideranças; em outros, as comissões desenvolveram auditorias sociais dos investimentos públicos.

Alguns anos depois, quando não havia mais recursos internacionais, muitos grupos, mobi-

lizados nas comissões, conseguiram a conquista do reconhecimento legal delas por meio da aprovação da Lei das Municipalidades, em 2009.

As experiências das Comissões Cidadãs de Transparência

A Comissão Cidadã de Transparência é uma organização local que tem o objetivo de realizar auditorias sociais em relação aos recursos públicos utilizados no município e, para isso, elabora recomendações que visam melhorar o uso desses recursos.

A Comissão é eleita e nomeada para um período de 3 anos, por uma Assembleia de Organizações da Sociedade Civil do município. Geralmente, conta com 5 a 11 pessoas e é reconhecida oficialmente pela Prefeitura. Suas principais atividades são capacitações, auditorias e ações de incidência.

A **Auditoria Social** é um processo de vigilância e monitoramento dos recursos públicos, realizado por cidadãos, em diferentes projetos e programas. Alguns exemplos de funções a serem desempenhadas por ela:

• Em âmbito local:

- Fiscalizar para que 5% da transferência de recursos em todos os departamentos (província) cheguem até o orçamento municipal;
- Exercer supervisão sobre o bom uso dos recursos em projetos (estradas, construção de escola etc.);
- Checar a existência e qualidade da merenda escolar, bem como a aplicação de matrículas grátis.

• Em âmbito departamental:

- Elaborar recomendações para os relatórios do Tribunal Superior de Contas;

• Em âmbito nacional:

- Avaliar o programa “Bono 10 mil” (parecido com o “Bolsa Família” no Brasil).

As conquistas das Comissões Cidadãs de Transparência

Por meio de sua atuação local e da articulação nacional entre elas, as comissões conquistaram:

- A elaboração e aprovação de artigos na lei municipal;
- A criação da Política Nacional de Auditoria Social em Honduras (pelo diálogo com a Associação Nacional dos Prefeitos);
- A definição da Metodologia de Aplicação das Auditorias Sociais em Honduras;
- A constituição e implementação de diversos espaços de diálogo com governo, sociedade civil e cooperação internacional – por exemplo: conseguiram firmar convênios com o Tribunal de Contas e com o Instituto de Acesso à Informação Pública.

Destaque de estratégias utilizadas para efetivar a incidência

1. **Garantias dos apoios internacionais.** Foi bem aproveitada a conjuntura internacional, específica de tais apoios pós-furacão, considerados como uma expressão do “perdão da dívida externa”. Isso, de fato, favoreceu um certo olhar internacional sobre as contas locais.
2. **Estratégias pela instauração de uma cultura de transparência.** Apostou-se muito na construção dessa cultura, por meio de duas estratégias: evidenciando os efeitos positivos que foram alcançados e capacitando atores da sociedade civil.
3. **Pressão exitosa para a formulação de um artigo na Lei.** Esta pressão facilitou um diálogo com a Associação Nacional dos Prefeitos e com a Comissão do Congresso para enfrentar os casos de maior resistência.
4. **Criação de Redes de Comissões de Transparência.** Tais redes expressaram a capacidade de articulação em âmbito nacional.

2ª. A MESA NACIONAL FRENTE À MINERAÇÃO, EM EL SALVADOR

Aspectos do contexto

O presidente atual de El Salvador assumiu uma posição positiva em relação à dimensão socioambiental e criou um Conselho Nacional com ampla diversidade de atores. Também tem se mostrado sensível frente à falta de recursos hídricos no país, que, de fato, se constitui numa prioridade geral.

O país conta com um importante movimento nacional ambientalista. A Mesa Nacional Frente à Mineração tem alianças com outros movimentos (Foro Nacional del Agua, la Mesa Permanente para la Gestión de Riesgos y la Mesa por la Soberanía Alimentaria). Tais aliados, juntos, buscam uma reforma constitucional pelo direito humano à água e à alimentação.

Recentemente, a empresa Pacific Rim / Ocena Gold – que explora minas metálicas – entrou na justiça contra o governo de El Salvador, porque ele interditou sua exploração por meio de um decreto presidencial. As empresas afirmam que esta decisão é ilegal e o conflito chegou no CIADI (órgão do Banco Mundial, responsável por intermediar conflitos desta natureza). A decisão final tem dado razão ao governo salvadorenho.

A experiência da Mesa

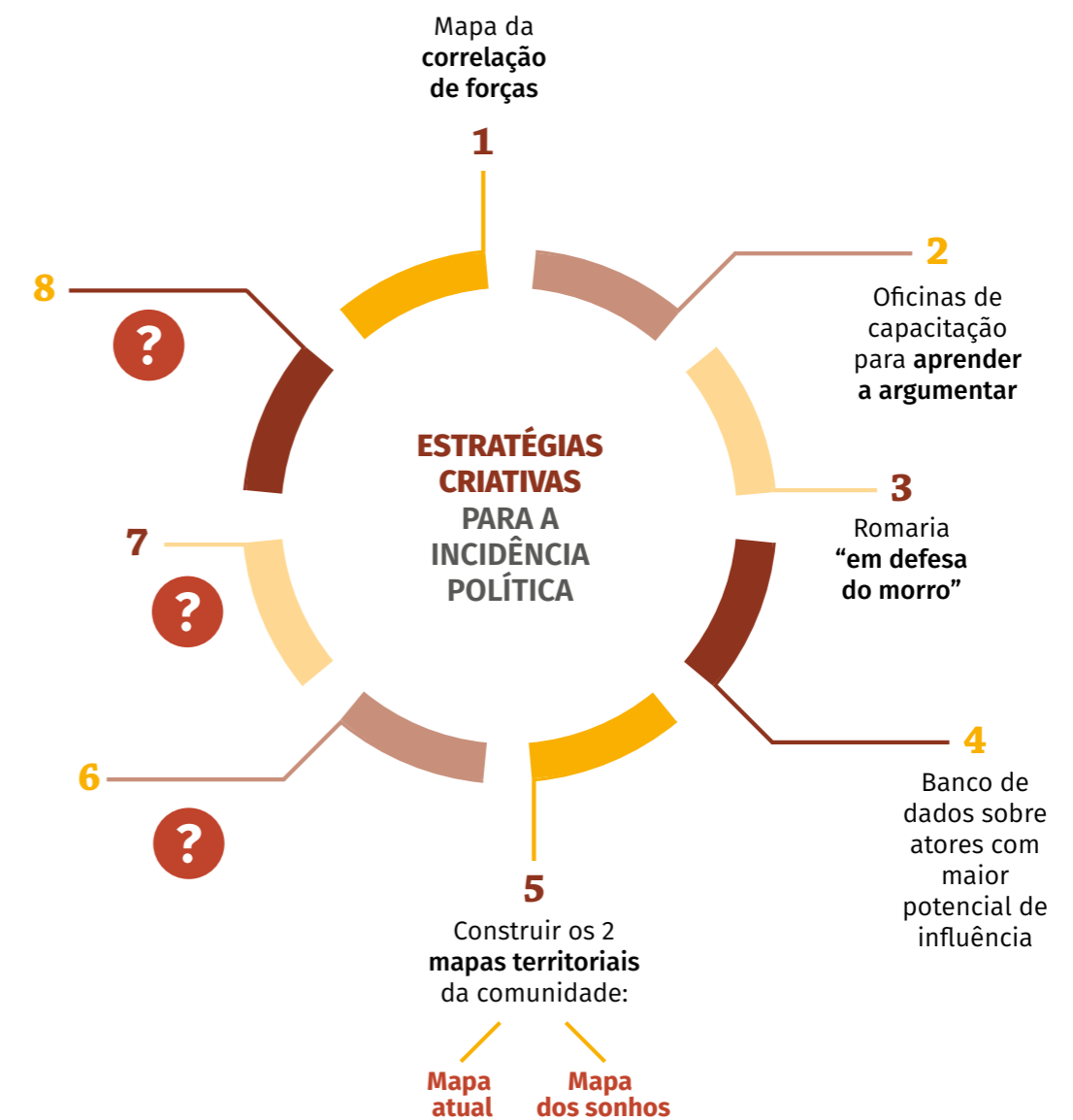
A Mesa reúne vários atores da sociedade civil (atores sociais, profissionais e acadêmicos). Sua luta se concentra na proibição da mineração metálica.

Suas ações aliam campanhas nacionais, ações de protesto, trabalho territorial nas áreas afetadas, mas também em outras partes. Trabalha também com numerosas alianças nacionais e internacionais.

Mais informações em <http://noalamineria.org.sv>.

Destaque de estratégias utilizadas para efetivar a incidência

1. **Articulação entre várias lutas:** por saúde, direito à água e por segurança e soberania alimentar.
2. **Envolvimento de outros segmentos populacionais.** Trabalhou-se não só com as pessoas atingidas pela mineração metálica, mas também com outras comunidades, para envolver outros segmentos da sociedade.
3. **Articulações internacionais.** Houve muito investimento nesta linha.
4. **Sensibilização e educação.** Foram realizadas várias ações neste sentido.
5. **Planejamento das ações.** Foram realizadas reuniões sistemáticas de planejamento das ações, para se dizer “Não à Mineração”. Houve uma **definição coletiva das ações.**



3ª. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA A URBANIZAÇÃO DOS RIOS OZAMA E ISABEL, EM SANTO DOMINGO – REPÚBLICA DOMINICANA

Aspectos do contexto

No centro da capital Santo Domingo, passa um importante rio que oferece uma grande bacia. Empresas ligadas ao turismo queriam aproveitar a bacia para fazer uma cidade fluvial, identificando grande potencial econômico com o turismo. Hoje o espaço acolhe vários bairros e assentamentos populares que ocuparam áreas nas beiradas do rio. Além disso, o rio está sendo bastante contaminado.

Esta disputa pelo espaço urbano vem sendo acompanhada desde vários anos por dois atores populares históricos: Copadeba (Federação de Organizações de Bairros) e Ciudad Alternativa (ONG que nasceu de Copadeba como seu braço técnico), que articula lutas das organizações populares.

A experiência da construção coletiva

A partir de iniciativas que começaram há vários anos por parte de Ciudad Alternativa e Copadaba, foi firmado um convênio entre o Estado, Copadeba e Ciudad Alternativa, visando a gestão de várias políticas públicas na bacia. Assim, as organizações sociais desenharam uma **Plataforma da Sociedade Civil** que implementou trabalhos e reflexões sobre várias temáticas, conseguindo construir propostas para saúde, serviços básicos, atividades produtivas, educação, moradia e meio ambiente.

Paralelamente, apareceu a Aliança Rio que reúne várias empresas interessadas pela **transformação da Bacia em Polo Turístico**. E esta Aliança enviou uma proposta de decreto ao Presidente para mudar o uso da Bacia.

Em função da capacidade de diálogo de Ciudad Alternativa e Copadaba (ONG e movimento do qual vários técnicos/membros estão hoje no governo), o Presidente optou por implementar uma Comissão Presidencial que reunia todos os atores (sociedade civil, empresas privadas e governos locais e central), com a responsabilidade de elaborar conjuntamente um **Plano Estratégico** para a Bacia. Eles também definiram um **Plano de Ação de Curto Prazo** para a solução de problemas prementes de caráter territorial; este Plano de ações imediatas começou a ser implementado (principalmente com recursos internacionais).

Mais informações em <http://www.ciudadalternativa.org.do>.

Destaque de estratégias utilizadas para efetivar a incidência

1. **Mobilização permanente:** foi realizado, por parte da Federação de Bairros (COPADEBA), um trabalho permanente de mobilização.
2. **Plataforma de OSCs:** houve um investimento prioritário nessa estratégia.
3. **Investimento no diálogo da ONG com o governo e com Ciudad Alternativa.** Foram aproveitadas ao máximo as oportunidades que iam aparecendo para tais interlocuções.
4. **Investimento no diálogo com empresas.** Ao se observar uma mudança de postura dos atores, se trabalhou no sentido de fazer com que esta mudança se traduzisse em abertura para um diálogo com empresas, na busca de se conciliar visões e interesses.
5. **Planos de curto e longo prazo.** Para não gerar desânimo nos atores envolvidos, se trabalhou ao mesmo tempo com um Plano Estratégico e um Plano de Ações Imediatas.

4ª. CAMPANHA “CASA YA”, PELA APROVAÇÃO DA LEI DE MORADIA, NA REPÚBLICA DOMINICANA

Aspectos do contexto

Na República Dominicana, não existe legislação para moradia. Só existem alguns programas e medidas, mas nenhuma política pública.

Visando sensibilizar a opinião pública e assim fazer pressão sobre o poder público, um conjunto articulado de organizações da sociedade civil (Foro Ciudadano), lançou a Campanha “CASA YA”, na busca de assegurar uma Lei Nacional de Moradia.

Mais informações em <http://ciudadinclusiva.org>.

Destaque de estratégias utilizadas para efetivar a incidência

1. **Utilização de camisas amarelas para os manifestantes.** Esta mesma cor havia sido usada por ocasião de outra luta popular vitoriosa, pela qual havia se conseguido que 4% dos recursos públicos fossem destinados à educação.
2. **Encontros de sensibilização e esclarecimento nos territórios.** Em todos os bairros houve encontros para se explicar a situação habitacional e seus desafios, mostrando números concretos da problemática.
3. **Diálogo da ONG com o governo e com Ciudad Alternativa.** Foram potencializadas ao máximo as oportunidades que iam aparecendo para tais interlocuções.
4. **Formação de promotores (sobretudo jovens) e de Oficinas de “vocería”.** Tais estratégias foram utilizadas com o objetivo de se capacitar pessoas que pudessem falar de forma qualificada sobre o tema, inclusive para argumentar adequadamente nos grandes meios de comunicação com empresas.
5. **Reuniões para ganhar a solidariedade de outros atores.** Foram reuniões para planejar e implementar estratégias de trabalho pela conquista de apoios solidários. Referimo-nos aos estudantes, aos camponeses do interior e a outros setores urbanos.
6. **Banco de dados dos atores que poderiam influenciar nas decisões.** Este banco conseguiu coletar, sistematizar e armazenar principalmente dados de atores de instituições públicas e de empresas; para cada ator foram elaborados **Arquivos de informações em Excel**, que em seguida passaram a facilitar a utilização dos dados, no sentido de apoiar e fundamentar melhor posicionamentos políticos frente a cada informação. Isso se tornou possível por meio da montagem de um grande **Mapa da Correlação de Forças**. Os debates realizados a partir deste mapa favoreceram muitas descobertas e ações: foram identificados sinais de mudanças na postura de alguns atores; foi feita a construção de estratégias que traduzissem tais mudanças em abertura para um diálogo com empresas; passou-se a buscar novas alianças para se conciliar visões e interesses.

Outras experiências no Altofalante

Visando aprofundar outras fontes de inspiração para estratégias de incidência política, o **espaço virtual Altofalante** reúne experiências e reflexões desenvolvidas em diversos países da América Latina, na perspectiva de incentivar processos de transformação social.

Sabemos que infelizmente várias experiências não dispõem de material de difusão. Consciente desta dificuldade, a **equipe do Altofalante** se dispõe a apoiar grupos que queiram registrar seu processo de incidência política para compartilhá-lo com outros grupos e organizações.

www.altofalante.info

PARA DEBATER E APROFUNDAR

Analisar e debater cada uma das 4 experiências de incidência na América Central, relatadas brevemente na seção acima:

- Quais estratégias mereceriam ser destacadas como propiciadoras de efeitos e impactos exitosos que foram alcançados?
- Em que medida e em quais situações elas poderiam ser consideradas inspiradoras da criação de estratégias semelhantes, para o atual contexto brasileiro?
- Quais adequações e ajustes criativos seriam necessários ao se tentar replicar alguma das estratégias – encontradas nas quatro experiências – no contexto sociopolítico do Brasil?
- O que nossa organização poderia extrair de aprendizagem das 4 experiências de outros países, considerando a análise e o debate realizados?

Considerações finais

Como explicitamos passando pelas várias seções, o processo formativo promovido pelo CAIS **interligou incidência política com sistematização de experiências**. São dois temas muito inter-relacionados, que certamente vão contribuir no enfrentamento do atual contexto sociopolítico brasileiro. Este **Caderno n. 1** aborda e aprofunda bem mais a questão da incidência política, trazendo a narrativa de 3 experiências, bem como uma breve síntese e reflexão crítica sobre experiências acontecidas em outros países da América Latina; o **Caderno n. 2** tratará mais do tema da sistematização.

A **questão da incidência política** foi amplamente explicitada e refletida no presente Caderno. Ela tem a ver com as lutas populares nos mais variados âmbitos de atuação. Ficou evidenciado que, seja onde for, qualquer projeto de mudança social precisa incidir eficazmente na realidade onde os sujeitos atuam. Esta incidência exige múltiplas e conectadas estratégias:

*planejamento e articulação,
formação técnica e política,
comunicação e vivência de mística
e espiritualidade libertadoras,
bem como muitas outras ainda...*

Mas vimos também que esta incidência precisa ser sistematizada. A **sistematização** é uma importante estratégia que propicia uma reapropriação crítica da experiência, oportunizando fortalecimento dos sujeitos sociais e mudanças mais efetivas. O estudo e a reflexão sobre essa estratégia foram apenas iniciados neste Caderno, mas serão objeto de uma abordagem bem mais aprofundada no segundo Caderno.

Ficou claro, enfim, que **o atual contexto brasileiro – marcado por fortes retrocessos – exige que se disseminem muitas experiências de incidência política**.

Que o presente Caderno – ao resgatar a memória do processo de formação do CAIS e ao propiciar a reapropriação crítica do mesmo, favoreça a multiplicação do debate sobre Incidência Política e estimule novas ações transformadoras frente a um cenário que se revela, de um lado, cada vez mais adverso, e, ao mesmo tempo, instigante para todos aqueles que acreditam na **utopia do bem viver!**

Bibliografia e orientações

Listamos, a seguir, livros, textos, documentos e sites consultados para a elaboração deste subsídio. Eles poderão servir para estudos e aprofundamentos dos temas abordados no decorrer de cada seção do Caderno.

1. CAIS - **Relatórios/Memórias dos 03 Seminários** realizados em 2014, 2015 e 2016.
2. CAIS - **Relatórios/Memórias das 03 Oficinas de Intercâmbio e Capacitação**, realizadas em 2016.
3. FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos** – Paz e Terra. 12 ed. São Paulo, 2007.
4. _____. **A Mensagem de Paulo Freire, teoria e prática da libertação. Textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP** – Biblioteca Nova Crítica, BNC –Porto, 1977.
5. AS-PTA, PATAC, Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, Coletivo Regional Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano – **Cordel do Fundo Solidário, Gerando Riquezas e Saberes** – Campina Grande, 2011.
6. Cáritas Brasileira, Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alvez da Silva (Org). **20 Anos de Economia Solidária - Trajetória da Cáritas Brasileira dos ACs à EPS**. 1 ed. Brasília, 2003.
7. SOUZA, João Francisco. **E a Educação Popular: o Quê? Uma Pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro** – Edições Bagaço – 1 ed. Recife, 2010.
8. Cáritas Brasileira. **Revista Prêmio Odair Firmino de Solidariedade 2010** – Brasília, 2011.
9. CFES. **Sistematização de Experiências em Economia Solidária: referenciais comuns, práticas diversas** – Consolidação das conclusões do Seminário Nacional sobre Sistematização. 2º Módulo, realizado pelo Centro de Formação em Economia Solidária, de 25 a 29 de abril de 2011, em Brasília.
10. CORCIONE, Domenico. **ONGs: Repensando sua prática de Gestão, Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização**. Abong, São Paulo, 2007.
11. S., Erika - CIDE - **Manual para la Sistematización de Proyectos Educativos de Acción Social**. Santiago (Chile) - 1993.
12. FALKEMBACH, Elza – **Sistematização, uma arte de ampliar cabeças...** – Texto publicado em: Seminário Nacional de Sistematização e Publicização, Convênio TEM/SPPE/CODEFAT n. 004/2007, FLS, Brasília, 2008.
13. JARA, Oscar. **Para sistematizar Experiências** - UFPB - Equip - 1 ed. 1996.

14. _____. **A Sistematização de Experiências, Prática e Teoria Para Outros Mundos Possíveis** - Editora CONTAG - 1 ed. Brasília, 2013.

15. Instituto Marista de Solidariedade, Ailton Dias dos Santos. **Sistematização de Experiências em Economia Solidária**. Caderno 2, Série Ecosol. Brasília, 2009.

11. <www.altofalante.info>.

12. Lava-Jato vai acabar com o Brasil antes de acabar com a corrupção. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/blog/alex_solnik/285498/Lava-Jato-vai-acabar-com-o-Brasil-antes-de-acabar-com-a-corrupcao.htm>.

13. Óleo e gás, construção e, agora, carnes. O que vai sobrar no Brasil? Disponível em <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/285582/Óleo-e-gás-construção-e-agora-carnes-O-que-vai-sobrar-no-Brasil.htm>>.

Este livro foi impresso
em couchê fosco 115 g/m²
Cores: 4/4
Família tipográfica: Fira Sans
Tiragem: 7.000 exemplares

